



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS V**

**CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS - CCBSA**

**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VALNIELE DE SÁ ALBUQUERQUE**

**O MITO DO ESTADO SECULAR**

**JOÃO PESSOA**

**2021**

VALNIELE DE SÁ ALBUQUERQUE

## **O MITO DO ESTADO SECULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Departamento de Relações Internacionais do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas (CCBSA) da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

**Área de concentração:** Religião, Política e Relações Internacionais.

**Orientador:** Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre

**JOÃO PESSOA**

**2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A345m Albuquerque, Valniele de Sá.  
O mito do Estado secular [manuscrito] / Valniele de Sa Albuquerque. - 2021.  
50 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2021.

"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre ,  
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Religião. 2. Estado moderno. 3. Relações Internacionais. 4. Símbolos. I. Título

21. ed. CDD 327

VALNIELE DE SÁ ALBUQUERQUE

**O MITO DO ESTADO SECULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: 20/10/2021.

**BANCA EXAMINADORA**



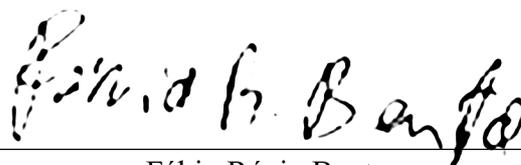
---

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Cristina Carvalho Pacheco  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Fábio Régio Bento  
Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

## AGRADECIMENTOS

A Deus antes de qualquer coisa. Creio que para Ele são todas as coisas de que sou grata, e creio que as tenho por causa de sua beneficência. Desta forma, também quero aqui neste trabalho agradecer aos meus pais, que tiveram muita paciência comigo durante essa jornada.

Passar alguns anos longe da minha família com certeza me fez crescer muito. Todavia, ao longo dos anos tomei coragem de enfrentar o mundo e ir atrás dos meus sonhos. Eles, assim como a minha irmã, foram essenciais para que eu não desistisse de tentar. Sou muito feliz por tê-los em minha vida.

Por ter uma família grande e presente, não consigo citar todos eles aqui. Porém desde o início da minha graduação, até mesmo na escolha do curso, meus primos e tios tiveram muita influência. Todavia, gostaria de destacar a importância que eles tiveram em estar comigo durante os anos de pandemia.

Quando esse projeto começou, estávamos vivendo um período caótico e em vários momentos eu pensei em desistir, mas eles me mantiveram de pé. Apesar das crises de ansiedade, a presença e o incentivo deles na minha vida são inexplicáveis.

Pode até parecer muito religioso, mas a família Nova Aliança (igreja a qual congrego) também me mantém firme no meu propósito, enquanto acadêmica.

Sou muito feliz e grata por cada pessoa que torceu e orou por mim durante esses anos. São pessoas que fazem um papel essencial na minha formação.

Meus amigos também são fora do normal, pois em muitos momentos, quem atendia minhas ligações desesperadas em João Pessoa eram eles e não tenho como descrever a imensa gratidão que tenho por eles.

Além disso, quero deixar um parágrafo especial para a família Bezerra. Quando me mudei para João Pessoa fiquei meio perdida, mas essa família que morava em Natal me acolheu como se eu fosse parte deles.

Enchem-me de lágrimas ao lembrar esses dias. Pois nos momentos em que eu me sentia só, eram só alguns quilômetros e eu já me sentia em casa de novo. Foram essenciais para a minha adaptação, mesmo que eles não tenham noção disso.

Fiz muitos amigos em João Pessoa, amigades essas que me ajudaram muito. Gostaria aqui de singelamente agradecer a todos os amigos e colegas de curso de Relações Internacionais, pois muitos momentos, bons e ruins, foram compartilhados durante essa árdua caminhada acadêmica.

Quero finalmente agradecer ao meu professor orientador pelo seu incentivo e paciência, e por sua dedicação durante esse período de pandemia.

Por isso que anteriormente eu disse que em tudo eu era grata ao Senhor. Pois consigo

enxergar seu cuidado em todos os setores da minha vida, incluindo pessoas tão incríveis nesta breve jornada até aqui.

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar a relação da religião e do Estado secular. A religião, portanto, é entendida como um sistema de crenças. A partir deste entendimento, é possível compreender quais as relações do Estado moderno com a estrutura religiosa. Entretanto, apesar das tentativas de diminuir a presença da religião nos assuntos políticos, principalmente desde os acordos firmados em Westfália, a cultura religiosa pode ser observada na estrutura do Estado secular, principalmente ao analisar os símbolos carregados por ele. A história narrada por trás desses símbolos carrega em si uma presença quase religiosa, na intenção de unir determinado grupo. Desta forma, é extremamente importante que esses símbolos cumpram a função de unir a maior parte da população sem a intervenção partidária. Portanto, o mau uso dos símbolos e ritos de um Estado pode ocasionar mais separação entre a população, não cumprindo a “missão” inicial de unir-la independente de cor, gênero ou religião.

**Palavras-chaves:** Estado Moderno. Religião. Símbolos.

## **ABSTRACT**

This paper seeks to analyze the relationship between religion and the secular state. Religion, therefore, is understood as a belief system. From this understanding, it is possible to understand the relationship between the modern state and the religious structure. However, despite attempts to reduce the presence of religion in political affairs, especially since the agreements signed in Westphalia, religious culture can be observed in the structure of the secular state, especially when analyzing the symbols carried by it. The story told behind these symbols carries with it an almost religious presence, with the intention of uniting a certain group. Thus, it is extremely important that these symbols fulfill the function of uniting the majority of the population without partisan intervention. Therefore, the misuse of the symbols and rites of a State can lead to more separation between the population, not fulfilling the initial “mission” of uniting it regardless of color, gender or religion.

**Keywords:** Modern State. Religion. Symbols.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> . . . . .	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>GUERRA DOS 30 ANOS</b> . . . . .	<b>10</b>
<b>2.1</b>	<b>Antecedentes</b> . . . . .	<b>10</b>
<b>2.2</b>	<b>Desdobramentos</b> . . . . .	<b>12</b>
<b>2.3</b>	<b>Paz na Westfália</b> . . . . .	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>RELIGIÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> . . . . .	<b>16</b>
<b>3.1</b>	<b>Negação pelo <i>Mainstream</i></b> . . . . .	<b>17</b>
<b>3.2</b>	<b>Retorno do Exílio?</b> . . . . .	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>ESTADO E RELIGIÃO</b> . . . . .	<b>24</b>
<b>4.1</b>	<b>Estados Seculares</b> . . . . .	<b>26</b>
<b>4.2</b>	<b>Estados Teocráticos</b> . . . . .	<b>29</b>
<b>5</b>	<b>ESTADO COMO SISTEMA DE CRENÇAS</b> . . . . .	<b>34</b>
<b>5.1</b>	<b>Ritos</b> . . . . .	<b>35</b>
<b>5.1.1</b>	<b><i>Dia Cívico do Estado-Nação</i></b> . . . . .	<b>36</b>
<b>5.1.2</b>	<b><i>Juramento à bandeira</i></b> . . . . .	<b>38</b>
<b>5.2</b>	<b>Símbolos</b> . . . . .	<b>39</b>
<b>5.2.1</b>	<b><i>Bandeira</i></b> . . . . .	<b>39</b>
<b>5.3</b>	<b>Caso: Brasil</b> . . . . .	<b>41</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> . . . . .	<b>44</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> . . . . .	<b>46</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A religião é uma palavra que pode ser entendida de diversas formas. Não há consenso quanto a esta temática. Isso porque ela pode ser algo vago e abrangente ou, como é traduzido do árabe, pode ser entendida como um modo de vida adotado por uma sociedade. Todavia, a religião também é compreendida como um sistema de crenças, com rituais e símbolos que representam aquela doutrina. Em vista disso, o surgimento de uma nova tradição (protestantismo) causou divergências teológicas e políticas, e a coexistência dessas tradições foi marcada por uma disputa conhecida por Guerra dos 30 anos (ARMSTRONG, 2016).

O fim desses conflitos marca o início do secularismo, pois nesse período há uma clara tentativa de dissociar a religião dos assuntos políticos. Essas transformações no sistema de Estados marcou a estrutura do sistema internacional. Desta forma, os estudos sobre religião, foram deixados de lado por muitos cientistas das Relações Internacionais, por ser um assunto não mais considerado importante para o entendimento do sistema de então. Apesar dos Estados não apresentarem mais o interesse sobre a religião, ainda é possível observar a presença dela nesse novo sistema de Estados. Os acordos firmados em Westfália são primordiais para o início de uma nova ordem, mas as ideias de afastar a religião de vez da política foi mais intensa durante a Revolução Francesa.

Em vista disso, o presente trabalho busca analisar o comportamento do Estado em relação à temática religiosa. Por mais que a religião esteja afastada dos holofotes das Relações Internacionais, é possível ver a presença de determinados princípios religiosos na nova formação dos Estados. Formação essa que não abrange a todos os países, dado a diferença de formação e exploração. Muitos países árabes, por exemplo, continuaram não distinguindo a religião dos assuntos políticos, e essa diferença não é vista positivamente por Estados ocidentais, que acreditam que a religião não faz mais parte de sua política.

Todavia, por mais que a ligação entre religião e assuntos políticos não seja vista como positiva, é possível perceber elementos da religião em estados seculares. Os símbolos e rituais adotados pelos Estados podem ser comparados com os religiosos. Muitos países têm dificuldade para implementar esses rituais devido a sua história, outros impõem à sociedade esse respeito coletivo aos símbolos do Estado.

Portanto, ao examinar a formação do Estado moderno, é possível observar que nem mesmo o ateísmo pode ser o provedor da liberdade e da tolerância, visto que em muitos lugares ocorreram repressões quanto às pessoas que possuíam alguma religião (DARK, 2000). Isto posto, a presente pesquisa pretende examinar o Estado moderno a partir do conceito de religião como sistema de crenças. Para tanto, visa identificar elementos religiosos na estrutura do Estado moderno, analisar o comportamento de alguns Estados diante da religião, discutir sobre o papel religioso no cenário internacional, e se essa perspectiva pode trazer algum benefício, e examinar como os países podem lidar com a existência de um possível sistema de crenças que

envolvem o Estado.

Tendo em vista esses objetivos, será possível compreender o que foi esse exílio da religião nos assuntos políticos. E, principalmente, quais os problemas gerados por esse exílio, visto que existe uma pluralidade de estruturas governamentais regidas de maneiras diferentes. Ainda assim, em Estados seculares é possível perceber a presença de elementos religiosos em sua formação, como antes dito. Logo, o presente trabalho apresenta como hipótese fundamental: a religião, como um sistema de crenças, não foi exilada das Relações Internacionais. Para mostrar isso, será feita observações sobre a formação do Estado e a relação do mesmo com a religião.

O primeiro tópico do presente trabalho busca compreender os antecedentes e os desdobramentos da Guerra dos 30 anos, visto que esse conflito foi essencial para dar início às Relações Internacionais. Embora as mudanças tenham ocorrido de maneira lenta, esse evento foi essencial para diminuir a presença da igreja nos assuntos políticos e tornar a vida religiosa dos fiéis de âmbito privado.

Por conseguinte, o segundo tópico analisa como a religião foi, de certa forma, ignorada pelas teorias *mainstream* das relações internacionais. Neste tópico, são observadas teorias como o Realismo, Liberalismo e o Construtivismo. Ainda que em algumas variações a religião fosse ponderada, ela não era o objeto principal dos estudos. Todavia, com os atentados do dia 11 de setembro de 2001, a religião ganhou mais espaço dentro dos estudos de Relações Internacionais, o que por muitos é entendido como o retorno da religião.

O tópico três explora a relação do Estado e da religião, como se comportam os Estados seculares ou que dizem ter “abandonado” a religião, como também observa os Estados teocráticos. Mesmo que exista uma contestação mais assídua aos Estados teocráticos, eles também fazem parte do sistema internacional.

O tópico quatro, portanto, analisa o próprio Estado como um sistema de crenças. Apesar do distanciamento com a religião, nesse tópico evidencia-se uma relação próxima da formação do Estado com a religião, ou seja, como um sistema de crenças deu base para a formação Estatal. Ademais, observa-se ainda quais as dificuldades de implementação desse sistema em prol da coletividade e quais os malefícios do uso partidário dos símbolos do Estado.

Finalmente, nas Considerações Finais será apresentada uma avaliação geral do que foi apresentado em cada tópico e também quais os resultados encontrados com a pesquisa.

## 2 GUERRA DOS 30 ANOS

A Paz de Westfália (1648), que marcou o fim da Guerra de 30 anos, provocou mudanças nas relações de poder entre as unidades políticas europeias da época. Como exemplo, a relação entre a igreja e o Estado e também a posição da sociedade em relação a política, que perdeu seus traços feudais com o tempo na medida em que uma ideia nacionalista foi se formando na Europa. Mesmo que as principais famílias, Bourbon e Habsburgo, continuassem possuindo muita influência em boa parte do continente europeu, os acordos que caracterizaram a Paz de Westfália forçaram essas famílias a compartilhar o seu poder administrativo. Simultâneo a Paz de Westfália, a burguesia começou a surgir na história política e era constituída, na sua maioria, por funcionários dependentes não de uma classe livre, mas sim parasitária e conservadora (SUTHERLAND, 1992).

Apesar de ser um conflito inicialmente religioso, é importante entender que não eram apenas essas as motivações que tornaram o conflito tão longo e danoso para a sociedade da época. No decorrer da Guerra dos 30 anos, da simultânea Guerra de 80 anos, e também da primeira tentativa de selar a paz religiosa através da Paz de Augsburgo<sup>1</sup>, observou-se que novas ideias permeavam aquela sociedade. Sendo assim, é necessário primeiramente entender como a sociedade no século XVI se organizava e quais eventos tornaram a Guerra de 30 anos tão importante para as Relações Internacionais, a ponto de se tornar um marco para a formação de um esboço do que hoje é conhecido por Estado moderno.

### 2.1 Antecedentes

Um dos primeiros fatores importantes para entender esse conflito é a Reforma Protestante (1517). Por uma revolta pessoal com a igreja, Martinho Lutero se opôs as indulgências e começou a pregar a liberdade de interpretação bíblica, indo contra o que a Igreja Católica da época pregava. Como quem tinha o domínio do latim eram apenas os eclesiásticos da igreja católica, a interpretação bíblica seguia o interesse particular dos mesmos, ainda que existisse tentativas de contar a história da bíblia por meio da arte. Não conformado com as interpretações bíblicas disponíveis à época, Martinho Lutero trabalhou para obter a tradução da bíblia em outro idioma para que outras pessoas pudessem ter uma interpretação das escrituras que fosse independente da Igreja. Essa reforma acrescentou uma violenta dimensão às rivalidades dinásticas da época (KENNEDY, 2000), tais rivalidades eram exacerbadas pelos interesses da nobreza, que estavam atrelados aos interesses da Igreja Católica. Desta forma, ainda que o conflito não fosse exatamente pela religião, ela inicialmente dividiu as partes conflitantes na

<sup>1</sup> A Paz de Augsburgo (1555) foi um acordo entre o Sacro Império Romano e os Luteranos da Alemanha, que tiveram conflitos durante o mandato de Carlos V que além de expansionista não permitia outras religiões além da católica e tentou minar o crescimento do protestantismo.

Alemanha.

Outro importante ponto para o avanço da guerra era o crescimento da família Habsburgo, que se estendia de Gibraltar à Hungria, e também da Sicília à Amsterdam. Sua importância é proveniente de algumas manobras para aumentar o território, como acordos matrimoniais. Maximiliano I da Áustria, por exemplo, casou o seu filho Filipe com Joana, filha de Fernando e Isabel da Espanha, dessa forma, o filho desse matrimônio, Carlos I, foi quem exerceu poder dentro de boa parte do território europeu (KENNEDY, 2000). Teschke argumenta sobre o casamento entre os Estados, segundo o qual essas uniões não apenas caracterizavam as relações internacionais daquele sistema, mas constituíram a estratégia mais econômica e rápida de expandir o governo absolutista. Consequentemente, esta era uma ordem geopolítica em que "estados"podiam se casar com "estados". Mas já que esses casamentos não se limitavam só entre as dinastias governantes, a aristocracia também perseguia esse status, e isso gerou conflitos entre nobres (TESCHEKE, 1999).

Isto posto, as origens dos conflitos austro-germânicos e europeias, datam exatamente do reinado de Maximiliano I, mais precisamente da Reforma e da eleição de Carlos V que foi rei da Espanha, ao trono imperial em 1519. Carlos V era inflexível com a reforma proposta por Martinho Lutero, mas devido a outros conflitos, em 1555 reconheceu a separação religiosa assinando a Paz de Augsburgo, enquanto isso, o Concílio de Trento dava início a contrarreforma (SUTHERLAND, 1992). Essa relação antiprotestante, que existia nos governos Habsburgo, tornou cada vez mais inevitável o conflito.

A França também não estava contente com a influência que essa família estava conquistando, e Carlos V conseguiu impedir algumas tentativas francesas de expansão, o que foi se tornando cada vez mais difícil já que ele tinha outros inimigos, como os turcos. O que também agravou essa situação foi a aliança tácita entre o sultão otomano e Francisco I contra os Habsburgo, em 1542, onde as armadas francesas e otomanas combinaram-se num ataque a Nice. Desata forma, todos os conflitos existentes contra o Sacro Império Romano vieram gradualmente enfraquecendo seu poder.

Como já apresentado, as rivalidades eram claras, e também era inevitável uma contestação à influência da família Habsburgo. Prova disso, alguns príncipes germânicos, turcos e franceses, como Henrique II, procuravam enfraquecer esse poder. Em 1552, a França entrou na Alemanha e demonstrou apoio bélico aos protestantes que estavam conflitantes ao império, devido a esse apoio francês, foi reconhecido em 1555 a Paz de Augsburgo, que provocou um intervalo nas guerras religiosas que ocorriam naquela região. Além disso, foi reconhecido o Tratado de Cateau-Cambrésis (1559), que encerrou o conflito entre a Espanha e França. Assim, no mesmo ano da Paz de Augsburgo ocorreu a renúncia de Carlos V (KENNEDY, 2000).

Essa paz não foi suficiente para acabar com os conflitos e, em pouco tempo, o imperador Rodolfo II tomou posse como rei, e o mesmo se mostra hostil aos protestantes. Em vista disso,

a União Evangélica (1608) foi formada, por príncipes alemães de cidades livres, onde a fé protestante predominava. Em resposta a essa frente, a Liga Católica (1609) surgiu, e isso intensificou ainda mais a rivalidade entre os príncipes, principalmente na Alemanha. Mas o representou o estopim para o conflito foi a eleição de Fernando II, que foi eleito rei da Boêmia em 1618. Fernando era membro da família Habsburgo, e o mesmo estabeleceu a fé católica como única religião permitida na região. Essa atitude despertou a ira dos rivais protestantes, que meses depois invadiram o palácio real em Praga e jogaram pela janela alguns representantes do governo.

Essa paz não foi suficiente para acabar com os conflitos e, em pouco tempo, o imperador Rodolfo II tomou posse como rei, mostrando-se hostil aos protestantes. Em vista disso, a União Evangélica (1608) foi formada, por príncipes alemães de cidades livres, onde a fé protestante predominava. Em resposta a essa frente, a Liga Católica (1609) surgiu, o que intensificou ainda mais a rivalidade entre os príncipes, principalmente na Alemanha. Mas o que representou o estopim para o conflito foi a eleição de Fernando II, que foi eleito rei da Boêmia em 1618. Fernando era membro da família Habsburgo, e o mesmo estabeleceu a fé católica como única religião permitida na região. Essa atitude despertou a ira dos rivais protestantes, que meses depois invadiram o palácio real em Praga e jogaram pela janela alguns representantes do governo.

## 2.2 Desdobramentos

No início do conflito, de um lado estavam os universalistas que apoiavam o imperador e o rei espanhol, cujos membros eram da dinastia Habsburgo, e eram também fiéis à Igreja de Roma, que afirmavam o direito do Papa de controlar a cristandade na sua totalidade. Do outro lado, os atores oponentes eram "particularistas", especificamente a Dinamarca, a República Holandesa, a França e a Suécia, bem como os príncipes alemães. Estes atores rejeitaram a soberania imperial e a maioria também rejeitavam a autoridade do Papa, defendendo, em vez disso, o direito de todos os Estados à independência total (OSIANDER, 2001). Esses países de oposição nem sempre estavam motivados por destruir a religião católica, seus interesses eram outros.

Os conflitos, como já mencionados, se intensificaram a partir da criação da União Evangélica, que era uma espécie de organização comandada por Frederico, que acabou fugindo para Brandemburgo por ser acusado de quebrar a paz; e da Liga Católica, que até então era mais unida e poderosa sob o controle de Maximiliano . (STRASSER, 2016). Depois do estopim, as lutas começaram e as tropas da Liga derrotaram as tropas da União, que levou seu representante ao exílio. Depois dessa derrota, os governos das Províncias Unidas e o rei da Dinamarca, notaram que a guerra permitiu a Espanha a alcançar o Palatinado.

A partir de então, os príncipes protestantes recorreram à ajuda estrangeira de uma

nação protestante. Então o Rei da Dinamarca, que era cristão protestante, surgiu no campo de batalha em apoio à Alemanha, mas no ano seguinte, Christian e Mansfeld, foram derrotados. Com essa derrota, marcada pela morte dos mesmos, e também pela insegurança entre a França e a Espanha, esperava-se que as hostilidades poderiam acabar. Mas Wallenstein, responsável pelas tropas de mercenários da Liga Católica, começou a enviar oficiais e tropas para incitar mais conflitos com os príncipes locais. Dessa maneira, após a morte de Wallenstein, Strasser explica que “a política de Ferdinando era tripla. Ele desejava a destruição política e econômica de todos os envolvidos na revolta, a extinção dos privilégios nacionais e o extermínio dos protestantes” (STRASSER, 2016).

Essa política radical de Ferdinando abalou as forças protestantes da Alemanha, que no ano de 1629 decretou a recatolização de todos os bens da igreja, que no tratado de Augsburg foram passados para os protestantes. Apesar de Ferdinando ser o mestre da Alemanha, ele precisava convocar príncipes para subjugar os holandeses. Desta forma, Ferdinando falhou na sua política imperial. Havia pressões da Espanha sobre outras demandas e a estrutura ainda estava instável. Então, em vez de unir a Alemanha, a reunião de Regensburg teve o efeito inverso, deixando Maximiliano e a Liga no domínio da política, e os eleitores protestantes se dissociaram em um novo protesto minoritário (STRASSER, 2016).

A próxima parte desse conflito pode ser melhor entendida no contexto das atuações do Rei da Suécia, que incentivado pela França, entrou no conflito. “Se, novamente, a guerra continuou, foi porque as coroas sueca e francesa a viram como um meio de aumentar suas próprias posições na Europa, erodindo a posição dos Habsburgos” (OSIANDER, 2001). Dessa forma, a ideia de que a França só entrou no conflito quando ele já estava perto do seu fim é um engano, pois os franceses estiveram presentes na maior parte do conflito, todavia, quem assumia as maiores responsabilidades eram outros impérios. Entretanto, apesar de Gustavo Adolfo, Rei da Suécia, ser militarmente muito forte e ter conseguido abalar as tropas opositoras, ele morreu no ano de 1632 em batalha.

O Cardeal Richelieu<sup>2</sup>, ministro francês, temia que depois dessa derrota o apoio não militar não fosse suficiente para manter os soldados lutando. Mas, mesmo assim ficou surpreso com a devastação e a extensão das operações. Desta forma, França e Suécia se tornaram aliados iguais e declararam guerra aberta à Espanha, em abril de 1635 no Tratado de Compiègne. Todavia, a Suécia estava abalada pelos conflitos que havia vivido e era necessário que a França se tornasse o parceiro dominante. A França então, em 1635, se torna mais importante na guerra em defesa dos protestantes.

<sup>2</sup> Richelieu era ministro francês que desenvolveu uma contraimagem da política doméstica francesa. Dessa forma, em nome do bem-estar francês e da eliminação da ameaça representada pela família Habsburgo, Richelieu desenvolveu uma aliança anti-hegemônica por meio da persuasão e negociação. Então, por causa da posição heterogênea do cardeal Richelieu, a França teve uma posição inconfundível da guerra ao apoiar os protestantes ao invés dos católicos, trazendo assim em sua política movimentos que iam além da religião (JESUS, 2012).

Assim sendo, os franceses lutaram contra os espanhóis, com o apoio dos países baixos, da Suécia e dos protestantes germânicos. Este período específico da guerra progrediu de maneira irregular e favorecendo as tropas francesas, uma das estratégias de guerra foi tornar os espanhóis cada vez mais dependentes da rota terrestre, que os deixariam mais vulneráveis aos ataques no solo francês. Além disso, o Cardeal estava ansioso para manter pressão militar na Espanha (OSIANDER, 2001). Porém, as tropas espanholas foram dizimadas em maio de 1642, na batalha de Rocroy. Então, o Sacro Império Espanhol, representado então por Fernando III, pressionado e sofrendo os impactos das derrotas decidiu ceder para as negociações com os franceses e protestantes a partir de 1645. Foi então que, reunidos nas cidades westfalianas de Osnabruck e Munster, que esses impérios começaram a negociar a paz.

### 2.3 Paz na Westfália

Os tratados de paz que findaram as Guerras de 30 e 80 anos foram, enfim, concretizados no ano de 1643. Strasser (2016) aponta 3 acordos principais firmados nesse período, que são: (a) Paz entre a República Holandesa e a Espanha, levando ao fim da Holanda espanhola; (b) a Paz entre o Sacro Imperador Romano e a França, com os respectivos aliados; e (c) a Paz entre o Sacro Imperador Romano e a Suécia, com os respectivos aliados. Assim, formou-se pelo congresso diplomático uma nova política na Europa Central, que depois de um período de tempo foi conhecida por soberania de Westfália, que consiste na noção de que cada Estado tem soberania no seu território e nos assuntos internos. Daí, pode-se perceber então o princípio da formação do Estado secular. Apesar da Paz de Westifália ser questionada, ela marcou a mudança de política na Europa, e não somente por lá. Conforme os movimentos expansionistas foram crescendo, todo o globo foi afetado por esse novo conceito europeu de soberania (STRASSER, 2016).

No entanto, a soberania sobre um território é questionável. Como foi mencionado por Tescheke, os Tratados foram celebrados entre governantes pessoais e não entre Estados abstratos, principalmente devido as alianças formadas entre eles. Esses territórios não eram apenas um espaço geográfico administrativamente uniforme, mas eram um conjunto de direitos de dominações que cada um iria exercer (TESCHKE, 1999). Mesmo que a ideia entendida hoje não tenha sido pensada durante os acordos, foi esse esboço de organização social que mudou a forma de governar um território. Essa ideia de soberania é uma das questões mais significativas na construção desse período, pois o poder do império que dominava as províncias alemãs foi se descentralizando, dando mais importância para as questões do Estado. Então a ideia construída por Nicolau Maquiavel de “Razão do Estado” (*Raison d'état*) ganhou mais visibilidade, pois se baseava na justificativa da utilização de qualquer meio para assegurar a sobrevivência do Estado, e esses interesses estariam acima de qualquer religião ou ideologia.

O pensamento medieval foi completamente mudado depois desses tratados, pois o

pensamento anterior que se concentrava na obediência à uma hierarquia foi substituído por um novo conceito, onde em cada espaço, um o líder era reconhecido em um Estado, e este reconhecia a soberania em outros Estados. Além disso, este líder recorria à outras maneiras antes de recorrer à guerra, para solucionar as suas desavenças (PATTON, 2019). Antes desse período, como bem menciona Nathan James, não havia profissão diplomática reconhecida, entretanto, depois desse processo, o ofício diplomático passou a ser um cargo de extrema importância, onde somente alguns poderiam exercer.

Além das conquistas, no que diz respeito a não intervenção, a soberania e a tolerância entre unidades políticas, temos que outro marco fundamental nos Tratados de Münster e Osnabrück foi a concepção de Estado laico. A paz proporcionada por esses acordos confirmou a Paz de Augsburgo, que concedeu aos protestantes a tolerância religiosa no Império. Embora hoje algumas nações reconheçam que misturar religião com assuntos nacionais seja negativo, na época a Igreja Católica e o papado não viram as decisões de maneira positiva. Por exemplo, o Papa Inocêncio X denunciou os Tratados de Westfália em uma papal porque minou o seu poder político. Por isso muitos católicos acharam que assim como a Paz de Augsburgo, esses novos tratados também seriam algo temporário (PATTON, 2019).

De maneira geral, esse tratado foi muito importante para mediar às relações entre Estado e a Igreja. Dessa forma, se estabeleceu um novo precedente pelo qual os estados se tornariam entidades soberanas, imunes (em geral) à pressão política de qualquer igreja. Por outro lado, os protestantes também teriam liberdade de praticar a sua fé sem a intervenção do imperador (PATTON, 2019). A Paz de Westfália, teoricamente, põe um fim nas relações entre a Igreja e o Estado que estava ali se formando. Por mais que a ideia de Estado Secular seja mais clara depois da Revolução Francesa, o esboço para a construção estatal longe da religião já estava sendo formado.

### 3 RELIGIÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Apesar da Paz de Westfália ter sido um grande marco para as relações internacionais, aconteceram muitos eventos decorrentes dessa paz que marcaram ainda mais o que seria a separação da religião e das relações políticas entre os Estados. Questões religiosas, portanto, passaram a ser uma questão de esfera privada, que dificilmente foram observadas como importantes para as relações internacionais, e também para as relações domésticas, em alguns casos. Todavia, Scott M. Thomas argumenta que, para o Estado nascer, a religião precisou ser marginalizada ou privatizada, e foi essa ideia pré-iluminista que marcou o exílio da religião. Apesar disso, a religião ainda foi usada para legitimar a transferência de lealdade para o Estado, como uma forma de consolidar o seu poder. Como posto, para a sociedade internacional nascer, Thomas argumenta ainda mais sobre o exílio, além da religião se tornar privada ela foi nacionalizada pelo Estado, que é o que os príncipes legitimaram ao adotar o princípio do *cujus religio, ejus religio* como parte do Tratado de Westfália.

O pluralismo entre as nações e a não interferência nasceram e foram respeitados como um dos princípios sagrados da ordem westfaliana. Em decorrência a essa percepção, a religião se tornou a última ameaça à ordem internacional, e por isso foi deixada de lado. Esse exílio não deve ser entendido de maneira literal. Em vez disso, a religião foi vítima na medida em que foi privatizada da moderna constituição das relações internacionais, sendo necessária a sua exclusão para que outros fatores também pudessem ser observados na política internacional (HATZOPOULOS e PETITO, 2003). O sistema internacional foi estruturado após a Paz de Westfália, mas apesar do avanço da soberania, os estados mantinham o direito divino de governar como um princípio legitimador, e mesmo com tentativas de manter esse direito, a Revolução Francesa e as conquistas de Napoleão Bonaparte transformaram a ordem internacional.

No entanto, após o Congresso de Viena (1814-1815), que foi responsável pela reorganização geográfica no continente europeu e tinha como um dos objetivos restaurar o poder das famílias imperiais, as ideias napoleônicas ganharam mais poder com os movimentos iluministas. Devido a esse congresso, o equilíbrio de poder foi reestruturado na Europa e o direito divino de governar é substituído pelo princípio de autodeterminação. O novo sistema de valores normativos surge após o Congresso de Viena, o que abriu uma “caixa de Pandora”, como argumenta Sandler e Fox, pois resultou em muitos conflitos ao longo do século XX, como as guerras mundiais e a Guerra Fria (SANDLER e FOX, 2004).

A modernidade, decorrente do iluminismo, tinha como ênfase o afastamento da sociedade a esses ideais religiosos. Essas ideias podem ser entendidas como secularismo. Haynes descreve esse movimento como uma tendência na qual a sociedade se afasta do sagrado e com as preocupações com o divino, diminuindo assim o poder religioso. A consequência disso seria uma gradual transformação da relação de poder entre o que é religioso e político. As

tendências de confinar a religião à uma esfera privada tornaram as preocupações teológicas menos relevantes para discutir nas relações internacionais da época (HARRIS, 2000). Todavia, desde o final do século XX e início do século XXI, houve um crescimento do interesse da religião dentro dos estudos de relações internacionais.

Como aponta Marcos Alan (2015) em “*O fenômeno religioso e as relações internacionais: perspectivas analíticas as novas agendas de pesquisa no Brasil*”, hoje a sociedade guarda valores do secularismo que são fundamentais para o seu funcionamento. Tendo em vista o controle excessivo e violento da religião, nasceu uma frente em defesa da liberdade. A influência de seus valores é vista com força hoje através do laicismo do Estado e da rejeição da religião como variável explicativa de campos da vida humana (FERREIRA, 2015:157). Essas ideias podem ser identificadas em várias escalas da sociedade e não somente na esfera política.

Entretanto, a tentativa de retirar a religião dos estudos das relações internacionais, mesmo que necessária, chegou ao fim. No início do século XXI, no dia 11 de setembro de 2001, uma das maiores tragédias mundiais aconteceu quando dois grandes prédios, que representavam o poder dos EUA, foram destruídos por fundamentalistas religiosos. Alguns autores, como Daniel Philpott, argumentam que esses ataques foram motivados principalmente pela religião e não por ideias econômicas e estratégicas. Sebastian Rosato argumenta que a religião fornece motivações para os indivíduos, apesar de ter um resultado político internacional – terrorismo suicida – é impulsionado por uma lógica nacionalista. Entretanto, esse evento traz à tona o estudo da religião para dentro das relações internacionais.

Assim, a religião voltou a ser um ator de geração de conflitos nas relações diplomáticas. Mesmo que a religião não seja a única razão para o conflito, ela pode legitimar, em certas culturas, diferentes atos. Todavia, a dinâmica desses conflitos é diferente dos conflitos anteriores, e suas motivações e percepções diante de algumas sociedades secularizadas e outras sociedades que são consideradas não seculares, mostram as diferentes perspectivas a partir das teorias *Mainstream* das relações internacionais. Entretanto, o secularismo europeu pode não se aplicar para muitas realidades, visto que a religião faz parte da sociedade e pode ter grande influência nas tomadas de decisões.

### **3.1 Negação pelo *Mainstream***

Como visto, os estudiosos do século XVI e XVII consideravam que a religião causava conflitos, dado a obsessão irracional nas ideias religiosas, e esse tema foi evitado, desconsiderando completamente a religião de cena e tornando os Estados e a sociedade como um todo cada vez mais secular. Essa marginalização não é culpa das Relações Internacionais em si, mas sim da relutância que os acadêmicos da área têm em analisá-la como um fator importante (JAMES e SANDAL, 2010). Jonathan Fox and Shmuel Sandler no livro “*Bringing Religion into International Relations*”, mostram que embora a religião cumpra um papel importante no

cenário internacional, ela foi ignorada, e uma das razões principais apresentada pelos autores é que as Relações Internacionais são centradas no Ocidente. Ou seja, os estudiosos e teorias mais importantes da área são ocidentais e se centram nesta realidade. A disciplina tem sua origem a partir das experiências ocidentais, principalmente europeias, do Iluminismo e na crença que a religião estava se tornando irrelevante.

Jack Snyder observa que, os principais teóricos das relações internacionais acham difícil integrar temas religiosos em suas estruturas conceituais normais, e essa é uma das razões para justificar essa negligência na abordagem desse assunto. “As declarações fundamentais dos três paradigmas principais - por Kenneth Waltz para o realismo, Michael Doyle e Robert Keohane para o liberalismo e Alexander Wendt para o construtivismo - não oferecem orientação explícita sobre como fazer isso e, em alguns casos, implicam que um papel para a religião pode não ser permitido dentro da lógica de seus paradigmas” (SNYDER, 2009). Mesmo depois do ataque às torres gêmeas em 2001, abordar esse assunto aplicado em alguma teoria se torna difícil.

O realismo é um dos paradigmas mainstream das Relações Internacionais. Essa teoria se concentra em fatores materiais, como poder econômico e militar, e assume que os atores têm um objetivo em comum, que seria a sobrevivência. Ainda que a ameaça represente um papel fundamental em algumas teorias realistas, essa ideia está atrelada a capacidade e não em características ou crenças do ato ameaçador (HASLER, 2013). Para a tradição realista clássica, as investigações acadêmicas que têm a natureza humana como uma variável independente ou como uma condição de fundo podem acomodar a religião. Em razão da ênfase psicológica na natureza humana, para a teoria realista clássica, é mais fácil explicar mudanças no subsistema. Mesmo com tentativas de tornar os estudos políticos mais objetivos, essa teoria leva em consideração as dimensões éticas e morais do ser humano como um desafio enfrentado pelo Estado. É importante lembrar que a religião não é o único fator doméstico que comprovadamente influencia a política internacional (JAMES e SANDAL, 2010).

Patrick James e Nukhet Sandal, explicam como a religião pode ser facilmente integrada como uma variável independente e também intermediária dentro da teoria clássica do realismo.

Os realistas clássicos certamente tinham aversão ao uso de ideologia ou religião pelas elites, mas a teorização de Niebuhr, por exemplo, permite uma explicação da ideologia e da política se (a) a ideologia em foco é usada como uma ferramenta de legitimidade; (b) o estado é realmente baseado nessa ideologia, que por sua vez se torna um aspecto inerente à identidade dos indivíduos e vice-versa; e (c) se a visão de mundo do principal tomador de decisão for particularmente afetada por uma dimensão de sua natureza e educação, incluindo religião (JAMES e SANDAL, 2010, p.12).

Todavia, nem toda variante do realismo clássico permite uma acomodação fácil para assuntos religiosos. Dessa forma, independente do que aconteça, a distribuição de capacidades no sistema define o comportamento do Estado. Neo Legro e Moravcsik (1999: 53) afirmam que

o realismo, especialmente sua variante neorrealista, sofre de uma degeneração na qual "seus fundamentos conceituais estão sendo estendidos além de todo reconhecimento ou utilidade"; tornou-se um compromisso genérico com a suposição de um comportamento de estado racional (JAMES e SANDAL, 2010). Por causa disso, deve-se situar variáveis normativas, como a religião, nos estudos realistas, mesmo que ela afete na manipulação das capacidades interestaduais. A principal falha desse paradigma é pressupor que os Estados são movidos apenas por suas capacidades ignorando as questões normativas envolvidas (FERREIRA, 2015). Kirstin Hasler evidencia que os estudos realistas mais atuais tendem a retratar o nacionalismo em competição com a religião. No entanto, se o realismo pode abrir espaço para a consideração da autoimagem dos nacionalistas, então talvez também possa abrir espaço para o papel da religião na formação da identidade nacional (HASLER, 2013, p.138).

O Liberalismo, por sua vez, possui um corpo teórico que necessita da construção e participação das instituições não governamentais e de normas internacionais para criar uma sociedade internacional que criará paz a todos. Alguns teóricos ainda afirmam que normas religiosas podem ser usadas para diminuir conflitos e preencher lacunas culturais. Por mais que algumas tradições sejam complexas, muitas podem estar abertas para diferentes interpretações. A partir de então, esse paradigma pode acomodar a importância da religião como um ator presente na sociedade internacional, todavia, a teoria precisa levar em conta que atos hostis podem ser motivados pela religião. Ao mesmo tempo em que órgãos religiosos podem atuar como mediadores de conflitos e ser uma ferramenta para legitimar e apoiar regimes e instituições, a mesma pode danificar ou destruir esses regimes (SANDLER e FOX, 2004).

Mas os teóricos liberais subestimaram o papel da religião, pois os mesmos aceitavam a visão da teoria da modernização liberal e do desenvolvimento político, sendo assim, a modernização seria um processo histórico linear onde todas as conquistas liberais iriam progredir juntas (democracia, capitalismo e secularismo). Por isso, conforme as sociedades se tornassem mais modernas e democráticas, menos religiosas elas seriam. Por outro lado, um clichê oposto pode ser observado, já que o liberalismo surgiu em meados da Reforma Protestante e da ética protestante da classe média. Nos assuntos internacionais, os dissidentes protestantes operando no ambiente favorável de estados hegemônicos democráticos liberais dominados por protestantes, estavam na vanguarda dos movimentos de paz e livre comércio e do movimento para suprimir a escravidão (SNYDER, 2009, p.21). À vista disso, não haveria paz liberal sem a Reforma Protestante.

O neoliberalismo por sua vez, até aceita a anarquia internacional defendida pelos neorrealistas, contudo, não compartilham seu pessimismo. Nessa teoria, os atores não estatais possuem influência no campo político e a economia também possui grande impacto nas relações de poder entre os Estados, e esse poder não está centrado apenas nas capacidades militares. Por possuir uma ênfase nas instituições e normas que compõem a sociedade interna-

cional, esse paradigma é favorável para entender a questão da legitimidade e da formação de uma identidade transnacional. As teorias neoliberais das relações internacionais precisam ser providas de sentimentos morais para entender melhor a dinâmica crucial da economia política. Dessa forma, a religião pode ser analisada como uma variante dependente e independente, mas isso não quer dizer que os políticos tenham poder ilimitado sobre as interpretações, ou devam negar as tradições na vida pública. Entretanto, nos relatos acadêmicos, não é completamente possível entender todas as dimensões religiosas (JAMES e SANDAL, 2010).

Já o Construtivismo é uma abordagem que entende o mundo como uma construção social, no qual os homens são os principais protagonistas. Nesta perspectiva, a realidade do mundo está em constante construção e é constituído por “agentes”, que diferentemente dos atores internacionais, não estão limitados a desempenhar papéis predeterminados (BARBOSA, 2010). Esse paradigma, portanto, ressalta o processo em vez da estrutura, por isso a política internacional é moldada pelas normas e também pela construção da realidade dos participantes dessa política. Com relação a religião, os construtivistas aceitaram melhor os paradigmas dominantes nas primeiras décadas do século XX, por isso, esse é um assunto com alguma relevância. Apesar desse detalhe, estudos dessa teoria ainda incluem a religião em alguns temas, pois ela pode influenciar instituições internacionais e, conseqüentemente, o comportamento dos Estados. Por ser parte do processo, ela também faz parte do sistema internacional (SANDLER e FOX, 2004).

Alexander Wendt é o teórico que melhor explica a diversidade intelectual desse paradigma. Dessa maneira, Snyder (2009) apresenta que:

Enquanto Wendt observa que as culturas de nível interno que as unidades trazem para a situação internacional são importantes para o desenvolvimento da cultura de nível internacional, seu principal interesse está na maneira como as unidades criam “culturas da anarquia” em nível internacional por meio de suas interações. Sua versão proeminente da teoria construtivista, portanto, não é a declaração mais favorável à religião dessa abordagem (SNYDER, 2009, p.18).

Apesar da dificuldade de categorizar o Construtivismo, é através de vários pontos de vista que os teóricos dessa corrente propõem maneiras diversas de compreender religião como um ator das relações internacionais (FERREIRA, 2015). Os construtivistas argumentam que o comportamento do Estado é influenciado pelas idéias que eles mantêm e suas identidades, ou seja, quem eles são” (ROSATO, 2013, p. 178). O papel da Reforma Protestante para a transformação do sistema é analisado pelos construtivistas, pois essa reforma é responsável por mudar as diretrizes políticas e sociais da época, pois o papel político da classe média se intensificou, como Snyder (2009) se refere, “o sacerdócio de todos os crentes” como antecessor do iluminismo e do pensamento nos direitos humanos e principalmente da formação da identidade nacional.

O ressurgimento religioso pode ser entendido como uma reação contrária às ideias secularizantes do sistema que regia as relações de então (HARRIS, 2000). Como antes dito, o ataque às Torres Gêmeas foi fundamental para tirar o exílio da religião nos estudos de relações internacionais. Todavia, mesmo antes desse fato, esse tema causava controvérsias, principalmente depois da Guerra Fria, onde Estados que possuíam forte influência do Islã passaram a ter mais visibilidade no cenário internacional, apresentando uma forte ameaça a certos países. Entretanto, o secularismo proposto, e a privatização da religião, por mais que necessária, criou um cenário hierárquico principalmente do forte contra o fraco, do centro contra a periferia, do ocidental contra o não ocidental e atualmente do norte contra o sul. Mesmo que nações seculares afirmem respeitar a igualdade soberana. (FALK, 2003).

### **3.2 Retorno do Exílio?**

Devido a atenção que os teóricos de relações internacionais estão dando para a religião, torna-se notável que o secularismo deu origem às possibilidades transformadoras que podem levar à direções opostas do que foi proposto com os acordos de Westfália e as revoluções decorrentes desse período. Essas direções revelam governanças, possivelmente regressivas, do que seriam ideais para o secularismo, e misturam várias características da pré-modernidade com a modernidade. Como já exposto, o isolamento da religião pode ter sido em alguns aspectos positivo, pois mostrou outras motivações para conflitos que não eram apenas religiosos, e a intenção dessas mudanças visava a construção de uma governança mais humana, baseada na razão, na tolerância religiosa e étnica e na dignidade humana, além de estimular a ciência (FALK, 2003). Todavia, essas mudanças foram baseadas apenas em uma realidade do globo. Apenas alguns Estados traçavam uma política que podia se considerar secular, e até mesmo esses países tinham por base a sua religião para consolidar a moral e a ética nos seus respectivos territórios.

A manutenção e o surgimento de comunidades religiosas é um fator importante para a formação do Estado, impérios e civilizações, e isso é inegável. Os principais valores ocidentais são formados a partir de características cristãs. Por isso, é possível observar, mesmo contando só a população cristã, que as sociedades não sofreram uma secularização dramática, por mais que seja uma surpresa para aqueles que acreditavam que as sociedades ocidentais se tornariam completamente secularizadas, mas dada sua base em autoidentificação e dados de pesquisa em grande escala, é difícil contra-argumentar em bases acadêmicas normais (DARK, 2000, p. 55). Já que a tendência era ter sociedades altamente secularizadas, a população deveria se tornar menos religiosa, o que não é o caso. Na década de 90 a Europa Ocidental e a América do Norte eram compostas principalmente por pessoas que mantinham crenças, geralmente cristãs. Por essas razões, o secularismo no ocidente é questionável, pois a maior parte dessas populações se identifica como cristãs.

Todavia, a secularização foi constituída por grupos sociais específicos, dentro de algumas sociedades, por isso, é possível produzir ambientes seculares dentro de sociedades não seculares. Dark (2000) demonstra que a ideia de uma Europa pós-cristã pode esta equivocada:

Há, então, muito mais evidências de continuidade religiosa na Europa Ocidental e na América do Norte do que há de secularização ou mudança na religião da maioria. Todos os preconceitos bem conhecidos sobre um "Ocidentese secular", "pós-religioso" ou "pós-cristão" são comprovadamente falsos em bases acadêmicas normais. Esses termos são simplesmente insustentáveis por evidências ou lógica, e todos devem ser abandonados em todas as futuras discussões sobre este assunto (DARK, 2000, p. 60).

Essas questões não tornam o ateísmo um provedor de liberdade e tolerância a diferentes crenças religiosas, pelo contrário, muitos estados que adotaram o ateísmo patrocinaram assassinatos em massa em nome do Estado. Poucos estudiosos duvidam que a Rússia stalinista ou a Revolução Cultural da China foi pacífica e teve baixo número mortos (DARK, 2000). Não é a falta ou a presença da religião que causa conflitos internos e externos, existem outros interesses que movem os poderes sociais. Monica Toft em *Religion and International Relations - A Primer for Research*, exemplifica as agressões, pois ao impor uma visão específica em um governo, a consequência é a geração de violência na sociedade interna. Essa visão pode ser um estado secular que busca deslocar a religião ou um Estado religioso, que tenta impor vários costumes a todos dentro de suas fronteiras, sem ao menos se importar com as minorias existentes no local.

Em decorrência do aumento da diversidade religiosa, muitos Estados reafirmaram alguma identidade religiosa. O colapso do ateísmo em virtude disso e o declínio do secularismo estatal mostram que a religião pode ter um papel importante nos sistemas interestaduais. Contudo, os governos estaduais utilizam o secularismo como uma resposta não religiosa à religião. Os governos estaduais seculares podem ser definidos como aqueles que oficialmente não favorecem nenhuma religião, mas oficialmente toleram todas as religiões. Os Estados seculares não precisam ser antirreligiosos e podem simplesmente sustentar que a religião e a política devem ser separadas, como nos EUA (DARK, 2000, p.63). Mas até mesmo os EUA, onde o secularismo parecia ter mais sucesso, tem uma forte relação com cristianismo. Mesmo que essa relação fosse incômoda para alguns autores, a política estadunidense tem pesado muito o discurso religioso para legitimar algumas autoridades.

A religião pode conceder autoridade derivada à escritura, às instituições e aos líderes religiosos, derivada divindade para qual a religião aponta, mas essa religião não deve ter autoridade, isso pode ser obscuro para a sociedade civil, teologicamente inadequado e difícil de imaginar, pois existe uma grande diversidade de crenças (HARRIS, 2000). Em função disso, é importante levar a sério a religião como um fator de poder que pode moldar interesses, ações políticas e identidades, “embora trabalhos recentes sobre teologia política internacional estejam

apontando nessa direção, desafiando a centralidade do estado e argumentando que a religião, como qualquer organização política, fornece um sistema assertivo de regras” (SHEIKH, 2011, p. 381).

Essa ideia de retorno da religião, transparece a mudança que as tradições podem ter para se estruturar as novas realidades advindas desse secularismo. A religião precisava ser compatível com o Estado para ser aceita, Scott M. Thomas, em *Religion in International Relations THE RETURN FROM DE EXILE*, argumenta que:

A religião como um conjunto de proposições morais e teológicas teve que ser separada das virtudes e práticas embutidas na tradição religiosa incorporada na comunidade eclesial. A crença religiosa, a consciência e a sensibilidade foram privatizadas pela secularização da política, e a disciplina anterior (intelectual e social) da religião foi assumida pelo Estado, que recebeu o monopólio legítimo do uso do poder e da coerção na sociedade (THOMAS, 2003, p. 27).

O que mais mudou desde o retorno da religião, foi o colapso de confiança na maneira como a modernidade ocidental entendeu o mundo. Hoje há mais abertura para entender diferentes perspectivas religiosas (THOMAS, 2003). As ideologias provindas desse secularismo como o nacionalismo, comunismo e liberalismo, podem assumir características religiosas a partir de certas visões, com seus deuses, ritos e textos sagrados da mesma maneira que a religião pode se adequar a política (PETITO E HATZOPOULOS, 2003). Sendo assim, a religião, por mais que distante se fez presente, pois em primeiro lugar os atores que formam a política internacional assumem alguma crença ao longo de suas vidas e implica de alguma forma na execução da política. E em segundo lugar, Estados além do ocidente passam a ganhar visibilidade, revelando ao mundo novas formas de governos não seculares.

## 4 ESTADO E RELIGIÃO

A crença e a consciência religiosa podem estar inseridas dentro de uma esfera privada da vida social pela secularização da política, e ao Estado ficou conferido o monopólio legítimo sobre o uso da força. A realidade atual mostra diversas instituições sendo confrontadas pelo “ressurgimento” da religião, o que reflete bem mais uma desilusão social com a atuação do Estado em oferecer bem-estar aos cidadãos (JESUS, 2018). Apenas em momentos de tensão mundial, como a Guerra Fria, alguns países como, Estados Unidos (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), foram capazes de suprimir certos conflitos religiosos. “A competição global entre Leste e Oeste e a distribuição de capacidades militares no sistema internacional reduziram fortemente o impacto de características culturais específicas sobre o comportamento de política externa, em particular a religião” (JESUS, 2018, p.222).

Outra relação importante quanto ao Estado e a religião é a definição do nacionalismo. O local da fé religiosa era definido por uma comunidade nacional territorial e com o mesmo idioma. Segundo o exemplo citado por Jesus no artigo, “*EM NOME DE DEUS? RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS*”, em vez da fé ser promovida de maneira a transcender a nação, os líderes religiosos acabam mobilizando a fé para fortalecer o Estado. Esse comportamento, portanto, pode ser observado nos conflitos entre nações com diferentes religiões, como era o caso da Inglaterra protestante contra a França, Irlanda e Espanha Católica. Por isso, os movimentos religiosos são difíceis de serem contidos em um território, visto a globalização, essas ideias podem ser espalhadas e serem aplicadas nas circunstâncias de cada pessoa (JESUS, 2018).

Dessa maneira, os regimes seculares passaram a ser mais coercitivos, retirando poder e posse da igreja. Todos aqueles que ocupavam um cargo religioso naquele período sofreram com alguma mudança do sistema. Na Bretanha, por exemplo, muitas paróquias ficaram sem Bispo. Em algumas regiões do ocidente europeu, como: Normandia, Flandres, Bretanha, Anjou e Languedoc, houve um prazo para que os cleros jurassem lealdade à nação, à lei e ao rei, e aconteceram protestos e motins por causa de cleros que se recusaram a fazer esse juramento. Sendo assim, a agressão promovida pelo Estado passou a ser mais violenta. Por isso, se a definição de sagrado for algo relacionado a dar a sua vida por aquilo, então o conceito de nação se tornou divino e de valor supremo, esse novo sagrado incentiva sentimentos de coesão, solidariedade e lealdade à nação (ARMSTRONG, 2016). Mas diferentemente das religiões, a preocupação e simpatia com todos, até os seus inimigos, não era incentivada. Todavia, dentro da nação essa relação de mais afinidade era importante. A partir do entendimento de Armstrong (2016), observa-se que o nacionalismo laico tinha o estrangeiro como alguém que poderia ser explorado e em alguns casos assassinado, principalmente se tivesse muita diferença entre eles.

Honoré Mirabeau escreveu que “a Declaração dos Direitos do Homem se tornou um evangelho político e que a Constituição Francesa se tornou uma religião pela qual as pessoas estão dispostas a morrer”. O poeta Marie-Joseph Chénier disse à Convenção Nacional: “Vocês saberão como encontrar nas ruínas da superstição destronada a única religião universal pregada exclusivamente por nossos legisladores, com os magistrados como pontífices, e na qual a família humana queima um incenso apenas no altar da Pátria, mãe de todos e divindade”. Como a revolução “parecia lutar pela regeneração da raça humana até mais do que pela reforma da França”, Tocqueville observaria: “um novo tipo de religião, uma religião incompleta, é verdade, sem Deus, sem ritual, e sem vida após a morte, mas que apesar disso, como o islã, inundou a terra com seus soldados, apóstolos e mártires”. (ARMSTRONG, 2016, p. 145).

Ao mesmo passo que os países seculares excluía a religião, o secularismo era levado, de maneira quase religiosa, para as colônias. Era uma espécie de “proselitismo secular”. Os mesmos britânicos que excluía a religião da esfera pública classificaram os outros subcontinentes de maneira religiosa. Por exemplo, os ingleses dividiram o sistema eleitoral indiano conforme as diferentes crenças e, em 1871, realizaram um censo que divulgou os números e as áreas de força de cada comunidade em relação às demais (ARMSTRONG, 2016). Essa visão religiosa da Europa negou a existência de outros conflitos entre grupos no sul da Ásia. Entretanto, não somente a Índia sofreu com essa forma de imperialismo, mas países de origem muçulmana temeram que o islã desaparecesse da identidade das pessoas. Cavanaugh explica que:

Na verdade, porém, essa distinção nasceu com uma nova configuração de poder e autoridade no Ocidente e foi posteriormente exportada para partes do mundo colonizadas por europeus. No Ocidente, a religião foi inventada como um impulso trans histórico e transcultural embutido no coração humano, essencialmente distinto dos negócios públicos do governo e da vida econômica. Misturar religião com vida pública significava cortejar o fanatismo, o sectarismo e a violência. A divisão religioso-secular facilitou assim a transferência na era moderna da lealdade pública do cidadão. (Cavanaugh, 2009, p.120).

Devido a essa formação forçada do Estado secular, características diferentes podem ser encontradas em diferentes formações. Também, mesmo com a tentativa de afastar a religião do Estado, ainda existem países que se assumem democráticos, mas na realidade inserem elementos religiosos em sua dinâmica política.

Além do afastamento da religião, o fenômeno da industrialização também marcou o nascimento do Estado-Nação. O que levou à reconfiguração das nações europeias, que se tornaram mais centralizadas. Nessa nova configuração industrializada, é exigida uma educação padronizada e o controle unificado dos recursos humanos. Por mais que alguns dialetos fossem diferentes dentro de um só governo, era importante que as pessoas pertencentes a uma nação integrada pudessem ser conectadas por um sentimento. Em consequência do sentimento

gerado pela nação e a certeza de estarem corretos, eventos que dividiram o mundo também dividiu impérios, como o Império Otomano, que depois da Primeira Guerra Mundial foi dividido pela França e Grã-Bretanha em Estados-Nação no mesmo estilo ocidental, antes mesmos de cederem a independência a esses países. Sendo assim, para mulçumanos, essa ideia de Estado-nação foi mais dolorosa, visto que não havia a tradição do nacionalismo (ARMSTRONG, 2016):

O Ocidente colonizador criou uma hierarquia de dois níveis com a qual se favoreceu em detrimento do “resto”. O Iluminismo pregou a igualdade de todos os seres humanos, mas a política ocidental no mundo atual frequentemente tem adotado dois pesos e duas medidas, de modo que fracassamos em tratar os outros da maneira como gostaríamos de ser tratados. Ao focarmos na nação parece ter sido mais difícil cultivar a perspectiva global de que precisamos em um mundo cada vez mais inter-relacionado. Devemos deplorar qualquer ação que derrame sangue inocente ou que espalhe o terror pelo terror. Mas também devemos reconhecer e lamentar sinceramente o sangue derramado na busca de nossos interesses nacionais. Caso contrário, dificilmente poderemos nos defender da acusação de manter um “silêncio arrogante” diante da dor alheia e de criar uma ordem mundial em que a vida de algumas pessoas é vista como mais valiosas do que a de outras. (ARMSTRONG, 2016, p.187).

Tendo em vista que muitos países não estavam culturalmente dispostos a adotarem o modelo criado pelo ocidente, nota-se que para executar essa ideia foi necessário o uso, em alguns casos o uso da força, para que culturas se adaptassem ao modelo europeu e o aceitassem como correto dentro das suas relações.

#### 4.1 Estados Seculares

Visto que o Estado secular é o afastamento das intenções religiosas, muitas nações europeias de perfil colonizador adotaram políticas como essas. Os ingleses, por exemplo, adotaram uma espécie de iluminismo protestante, e isso implicou diretamente na formação dos Estados Unidos (EUA). Além de uma visão mercantilista, os colonizadores ingleses eram protestantes, por isso os fundadores de Jamestown na Virgínia, antes de transformar aquele território em um espaço de comércio, construíram uma igreja improvisada. Mesmo com visões seculares, a religião ainda se fez presente na formação das 13 colônias. Por essa razão, o Grande Despertar<sup>1</sup> revelou que em vez de ser um obstáculo para a construção da democracia, a religião poderia ser positiva para a modernização. O igualitarismo adotado pelos puritanos é o que se aproxima das normas atuais (ARMSTRONG, 2016).

As questões políticas que envolveram a formação dos EUA não eram razão de ameaça, mas de desânimo. Os habitantes do sul e do norte perceberam que o corpo da igreja não

<sup>1</sup> O Grande Despertar se refere a um movimento protestante nas 13 colônias que influenciou a independência dos EUA.

concordava entre si, com relação a escravidão, e eles eram os responsáveis pela orientação ideológica da população. Os que eram a favor da escravidão tinham textos bíblicos a disposição para defender, e a parte do clero que não concordava, por falta de uma condenação explícita sobre o assunto, tinha que recorrer para o espírito das escrituras. “O pregador sulista James Henry Thornhill afirmava que a escravidão era um modo “bom e misericordioso” de organização do trabalho. Por outro lado, em Nova York, Henry Ward Beecher sustentava que era “a mais alarmante e fértil causa do pecado nacional” (ARMSTRONG, 2016, p.151-152). Nos EUA, a modernidade era um produto nacional que cresceu organizadamente com o tempo, diferentemente da França, não foi algo imposto pela força militar. Em razão disso, quando os fundamentalistas estadunidenses chegaram à vida pública em 1970, tinham canais acessíveis e democráticos a seu favor para defender seu ponto de vista. O fundamentalismo protestante dos EUA não foi um forte agente de violência no território, e até certo ponto ele foi uma resposta à violência (ARMSTRONG, 2016).

Não foram apenas as conquistas materiais que os EUA tiveram no decorrer da sua história que tornaram esse novo sistema bem sucedido. Por isso, os elementos históricos e culturais daquela nação foram os elementos mais importantes para o crescimento como nação do que suas conquistas materiais. Em algumas narrativas, como encontrado em Mountjoy (2009), “Destino Manifesto” é um termo que retrata a ideia de que os EUA é uma nação especial e abençoada por Deus, revelando assim as construções religiosas de crenças estadunidenses. Era considerado um governo diferente, menos corrupto se comparado aos padrões europeus. Essa noção de singularidade serviu para fundamentar suas atitudes, principalmente após o seu estabelecimento enquanto nação no século XIX. O Destino Manifesto justificava a sua expansão ao longo do território. Além disso, foi projetado uma imagem de protetor do continente americano das influências colonialistas europeias baseado na Doutrina Monroe (ALBUQUERQUE, 2020).

Ao se colocar como um ator com morais e políticas superiores e como um exemplo para o resto do continente americano, os Estados Unidos expressavam a ideia de sua excepcionalidade que encontrava justificativa em sua interpretação sobre seu papel divino no mundo. Oficialmente, a Doutrina Monroe também colocava os Estados Unidos como guia e protetor do continente americano, colocando suas instituições em posição de privilégio se comparadas a de seus vizinhos. (ALBUQUERQUE, 2020, p.160).

Logo, é inegável a presença da religião nos EUA, tanto no contexto cultural, como político e social, e a sua construção como nação foi embasada em preceitos religiosos marcantes até hoje. Aline Albuquerque (2020) analisa os discursos do ex-presidente George W. Bush, pois o mesmo apresenta ideias missionárias para combater um inimigo que se opunha a tudo aquilo que a nação representava, sobretudo depois dos atentados no dia 11 de setembro de 2001. Nos discursos presidenciais, a partir da data dos atentados, observava-se crenças não

apenas em uma religião, mas no papel dos Estados Unidos como uma nação de manter as suas ideias predominantes do mundo.

A ideia de liberdade, justiça e paz eram características indenitárias dos EUA enquanto uma nação. Nos discursos presidenciais, fica claro como esse Estado conseguia levar essas ideias a outras nações. Dias depois ao ataque as Torres Gêmeas, Bush explica que sua nação é o lar da liberdade e foram atacados por terroristas por isso. A recorrência desse discurso onde mostra o seu lugar e o seu dever no mundo aconteceu diversas vezes, em diferentes ocasiões. Em uma Assembleia Geral das Nações Unidas, o ex-presidente Bush declarou que eles não pediram essa missão, mas era uma honra poder atende-la, se referindo a missão contra o terrorismo (ALBUQUERQUE, 2020).

Nos discursos proferidos, é possível notar a referência aos primeiros colonizadores do século XV. Os argumentos utilizados pelos colonizadores destacavam o território colonial do qual eles estavam inseridos como um experimento do novo mundo, “um local que serviria de exemplo tanto na execução de suas instituições, como na ideia de sua liberdade de crenças religiosas comparada à perseguição sofrida no contexto europeu da época” (MCCRISKEN 2003, *apud* ALBUQUERQUE, 2020, p.167). Em vista desse entendimento de nação messiânica, os terroristas não violavam apenas os direitos dos cidadãos estadunidenses, mas do mundo inteiro e era papel dos Estados Unidos proteger a todos com esse divino poder concedido por Deus (ALBUQUERQUE, 2020). Esse mesmo comportamento pode ser identificado na luta contra o comunismo, não necessariamente havia uma religião representando o conflito, mas havia uma necessidade dos EUA de proteger as nações do comunismo, já que violavam os direitos que eles entendiam como corretos.

Esse nacionalismo desenvolvido nos EUA revela seus deveres na história e com relação ao divino. Os discursos proferidos por vários presidentes podem ser compreendidos pela população, alcançando a todos e trazendo legitimidade ao chefe de Estado, legitimidade que vai além do secular, pois por muitos é divina. Por isso, compreender o papel da religião na formação desse Estado secular, pode explicar as razões de conflitos como a Guerra ao Terror, ou a luta contra os comunistas e tudo aquilo que vai de encontro às crenças históricas do país (ALBUQUERQUE, 2020).

Outro Estado fundamental para tentar compreender o secularismo é a França. O nascimento da modernidade e da democracia, a Revolução Francesa, assim como a Americana, na última metade do século XVIII foram decisivos para a compreensão do mundo atual (SHEIKH, 2012). Até mesmo da polarização política desenvolvida após determinados eventos. Visto isso, quando Honoré Mirabeau escreveu a “Declaração dos Direitos do Homem” se tornou um evangelho político, que franceses estavam dispostos a morrer.

Apesar de a França ser o berço para a criação de uma teoria laicista-atéista, no que diz respeito a formação do Estado, a igreja era profundamente ligada com o governo aristocrático,

e essa estrutura só podia ser transformada por ataques diretos. Para muitos franceses a Revolução acabou sendo frustrada. Por mais que Napoleão tenha lidado com as estruturas de forma violenta, tentando mudar a forma de governo, essa violência traiu os princípios de muitos aliados e também reatou os laços com a Igreja Católica. A esperança francesa das revoluções foi frustrada por outros eventos decepcionantes, a tomada da Bastilha seguiu de Massacres de Setembro, pelo Reino do Terror, pelo genocídio de Vendée e por uma ditadura militar (ARMSTRONG, 2016).

Em vez de ver a Revolução Francesa como um fracasso, portanto, devíamos compreendê-la como o início explosivo de um longo processo. Uma mudança social e política tão grande, derrubando milênios de autocracia, não pode ser feita do dia para a noite. As revoluções demoram. Mas, ao contrário de vários outros países europeus, onde os regimes aristocráticos profundamente enraizados sobreviveram, embora de forma limitada, a França alcançou sua república secular (ARMSTRONG, 2016, p.146).

Mesmo assim, a França conseguiu se restabelecer como um Estado secular e influenciou outras nações. Dessa forma, tanto na França como em outros países modernos, ações missionárias não são bem vindas. Na França é proibido o Proselitismo nas escolas desde 1998, que foi criado a “Missão Interministerial na Luta contra as Seitas/Cultos” (SANDLER e FOX, 2004). Ao entender como os EUA, que foi uma colônia inglesa, e a França se estabeleceram como Estados, fica evidente a diferença de abordagem quanto a religião. Portanto, é perceptível a tradição intelectual inglesa, no que se trata de assuntos religiosos, ela é mais laica do que laicista. Por outro lado, a tradição francesa além de laica pode ser em alguns casos ser hostil ao estudo científico de ideologias coletivas, compostas também por ideologias confessionais, principalmente em ambientes acadêmicos ou em áreas geográficas que possuem forte influencia francesa em sua formação (BENTO, 2020).

## 4.2 Estados Teocráticos

No Dicionário de Política de Bobbio, a palavra teocracia é definida como um “ordenamento político pelo qual o poder é exercido em nome de uma autoridade divina por homens que se declaram seus representantes na Terra, quando não uma sua encarnação”, além disso o autor complementa que “a Teocracia, que etimologicamente significa "Governo de Deus", traduz-se assim em hierocracia, ou seja, em Governo da casta sacerdotal, à qual, por mandato divino, foi confiada a tarefa de prover, tanto a salvação eterna, como o bem-estar material do povo” (BOBBIO, 1976).

Essa maneira de interpretar as leis e governar um território tem sido combatido pelo Estado moderno, principalmente para assegurar a liberdade dos cidadãos. Por isso, muitos direitos passaram a ser assegurados, graças aos tratados e declarações internacionais. Dentre eles, Igor Sabino aponta que existem autores que destacam o artigo 18 da Declaração Universal

de Direitos Humanos. Nele é defendido a liberdade de pensamento, consciência e religião, nisso está incluído o direito de praticar a fé em meios públicos ou privados, possuindo também a liberdade de ensinar a outros sobre ela ou mudar de religião. A Convenção da ONU de 1948 traz uma grande importância com relação a temas religiosos, pois ela inclui a religião como um elemento que caracteriza a identidade de grupos que podem sofrer genocídio (FARIAS, 2020).

Um exemplo claro de Estado teocrático é o Irã, dentre outros Estados cuja religião oficial é o Islã. Todavia, no conceito ortodoxo, o Islamismo é a base da civilização e cultura, autoridade religiosa tanto quanto a política e espiritual, essa é a noção da qual a minoria sunita acredita. Entretanto, isso é diferente no Irã. A visão dualista entre Estado e religião explicam os acontecimentos de 1981, que foi a libertação dos sequestrados estadunidenses no Irã, eles passaram 444 dias como reféns políticos por conta da Revolução Islâmica. Essa visão dualista pode ser explicada pela tradição secular que foi desenvolvida naquele país, esse "dualismo" não se trata da separação de poderes, como os secularistas entendem, mas como uma relação recíproca entre o governo e a religião (REICHERT, 1983).

Este dualismo tradicional, esta reciprocidade, tem a sua origem na história primitiva do Irã moderno, quando o país se separou do conjunto universal do califado árabe sunita, para assumir uma fisionomia nacional xiita. Nesta fase histórica, o clero desempenhava um papel muito importante, desde que se lhe atribuía um caráter representativo e de autoridade no Estado. A relação existente entre Estado e religião, entre o poder secular e o poder clerical, mais se assemelhando a situação na Europa durante a Idade Média, do que às tendências próprias do resto do mundo islâmico (REICHERT, 1983, p.162).

No ano de 1905, ocorreu a Revolução Constitucional Iraniana, na tentativa de mudar o regime absolutista para uma monarquia constitucional, por meio de uma nova legislação eleitoral. A nova Constituição foi promulgada em 1906, e os interesses políticos das autoridades religiosas foram assegurados. O Islã passou a ser a religião do Estado e no Parlamento passou a existir pessoas responsáveis para examinar cada lei, para certificar que fazia sentido com os preceitos islâmicos. Na formação anterior do Irã, os religiosos não se envolviam diretamente na política, contudo estava cada vez mais fácil a sua participação e se mostravam cada vez mais nacionalistas e antiocidentais. A separação de poderes, segundo o modelo ocidental, era contestada, pois iria reduzir os privilégios dos líderes religiosos, assim como também diminuiria a sua supremacia na jurisdição, administração e educação pública (REICHERT, 1983).

Esta "República Islâmica Iraniana" não segue qualquer exemplo histórico. Em verdade, uma "república islâmica" shiita é uma contradição in adjecto. As noções "islã" e "República" excluem-se uma à outra, pelo menos numa ambiência xiita. Aqui, o princípio da democracia, base de cada república, não tem lugar: um Estado onde o poder supremo tenha que sair do povo, nem se pode, ao menos, imaginar. Um parlamento, ainda que eleito pelo povo, tem

o seu poder, a sua autoridade recebida de Deus, e será responsável perante Deus e não perante o povo. Nem sequer estará habilitado a promulgar leis. Segundo o princípio do wali al-faqih, todas as leis já existem, porque o único legislador é Deus, e as suas leis são eternas, vigentes em todos os Estados do mundo e em todos os tempos. O parlamento só pode concretizar as leis de Deus, mas não pode elaborar novas. Neste sentido, cada Estado islâmico que mereça tal nome é, na sua essência, uma teocracia, em certo aspecto uma "teologocracia", isto é o domínio daqueles que estejam capacitados e autorizados a interpretar a lei de Deus (REICHERT, 1983, p.163).

Apesar disso, o Irã sofreu um golpe de Estado em 1953, tal golpe foi orquestrado pelas potências ocidentais, mas que teve fim em 1979 com a Revolução Islâmica, que devolveu o controle dos recursos minerais ao Estado. Do ponto de vista ocidental, nos anos de 1970, o país parecia viver um período de crescimento econômico, mas na verdade a riqueza do Estado era dependente de outras nações. Eram mais de 1 milhão de desempregados e os comércios locais foram destruídos com a chegada de mercados estrangeiros. Essa realidade dos anos de 1970 causou ressentimento na população iraniana. Uma Revolução não gera resultados do dia para a noite, assim como a Revolução Francesa, a Revolução Iraniana passou por muitas fases e isso não significa que acabou. Assim como os franceses, os iranianos temeram interferências externas, em 1983 e 1984, desta forma, os iraquianos atacaram as forças militares do Irã com gás, mostarda e asfixiante. O aiatolá Khomeini tinha certeza que os EUA organizaram um golpe parecido em 1953, ao que depôs Musadīq. No momento em que o governo do Irã se contrapôs ao Ocidente, o país perdeu assessoria técnica, peças sobressalentes e equipamentos essenciais, além disso, a inflação estava alta e em 1982 a taxa de desemprego que era de 30% subiu para 50% nas cidades (ARMSTRONG, 2016).

Depois da Revolução Iraniana, uma exasperada autoridade dos Estados Unidos foi ouvida dizendo: "Quem levou a religião a sério?". Desde o Iluminismo, entendia-se que as revoluções ocorriam quando o saeculum alcançava a maturidade e estava forte o suficiente para declarar sua independência ante a religião. A ideia de um levante popular que gerasse um Estado de orientação religiosa era quase constringedora porque ia contra o que era aceito; muitos ocidentais lamentaram a revolução como atávica e perversa. Mas eles pareciam incapazes de ver que, ao perseguir seus próprios interesses políticos e econômicos abusivos ao povo iraniano, os governos ocidentais criaram uma nova espécie de religião. Eles ignoraram os problemas do Estado pós colonial e as armadilhas de uma modernização imposta de fora e não efetuada organicamente de dentro (ARMSTRONG, 2016, p.173).

Apesar dos ideais ocidentais de liberdade representarem um estímulo para uma parte da sociedade iraniana a buscar liberdades básicas, essa ideologia importada ficou marcada pelo egoísmo e pela crueldade com que tinha sido pregada no Irã. O povo do Irã não estava incluído na liberdade que os Estados Unidos tinham a missão de levar (ARMSTRONG, 2016). Em muitas religiões, portanto, o auto-sacrifício dentro da conduta religiosa pode ser premiado, tendo em vista a eternidade em um paraíso. Observando a natureza do sistema internacional,

entende-se que os Estados devem agir de maneira mais racional, possibilitando principalmente a sobrevivência física dos cidadãos. Em razão disso, a existência de guerras civis, religiosas e Estados teocráticos, como o Irã, apresenta preocupação para formuladores de decisões, principalmente ocidentais.

Quando a luta é contra o Estado moderno, os objetivos podem ser fortes, como a busca da independência, mas se a religião está envolvida, os conflitos passam a aumentar conforme os governos e os opositores lutam na decisão para determinar se a religião vai fazer parte ou não da vida pública e quais são as medidas para isso acontecer. A situação do Sudão era assim, enquanto o governo do norte tentou aumentar o poder da lei islâmica na região, os rebeldes do sul buscavam por mais autonomia e começaram a lutar pela independência completa, que foi conquistada no começo do século XIX. No Afeganistão, após a invasão soviética no final dos anos de 1970, o novo governo que tendia a ser mais socialista, procurou eliminar as identidades islâmicas do Estado, na tentativa de modernizar o país. Todavia, essa ação do governo reforçou as identidades religiosas no país e levou a formação de coalizões e movimentos contra o governo, que por fim foram derrotados no final da década 1980 (JESUS, 2018).

Visto que cada país tem a sua interpretação do secular, um caso interessante é o governo norte-coreano, pois ao mesmo tempo em que é oficialmente uma República (RPDC - República Popular Democrática Da Coreia), são socialistas autossuficientes. Todavia, seu regime também é interpretado como comunista. Todas essas noções de governo são decorrentes do secularismo, mas na Coreia do Norte, por mais que a religião tenha sido importante, ela foi deixada de lado, e hoje é adotada uma espécie de culto à personalidade do então presidente e sua família. A RPDC criou a sua ideologia, Juche, também conhecida como “Kimilsungismo”. Essa é uma ideologia quase religiosa, principalmente por todos os cidadãos são obrigados a aderirem ao Juche, que abre portas para a perseguição religiosa no país por não tolerar outros sistemas de crenças separados. A crença religiosa é considerada incompatível com o culto a personalidade patrocinada pelo Estado. Esse afastamento da religião foi importante para legitimar o governo de Kim Il-Sung após o fim da Guerra da Coreia (1950-1953). A religião foi desprezada da vida pública, inclusive dos currículos escolares até hoje (UNITED NATIONS COMMISSION OF INQUIRY, 2014).

A ideia inicial para o novo governo da Coreia do Norte era parecida com o comunismo soviético. O avanço da ideologia Juche teve como principal responsável Kim Jong-Il, que era o sucessor de Kim Il-Sung. Em 1965 ele definiu os três pilares para o Juche como sendo independência política, autossuficiência econômica e autossuficiência na defesa. Por fim, Ki Jong-Il escreveu em “On the Juche Idea” que depois de seu pai ele era o mais alto intérprete da política norte-coreana. Os militares também são importantes para a ideologia, pois fazem parte central da política de autossuficiência e confiança do Juche. Para solidificar esse sistema

surgiu os Dez Princípios, que foram anunciados em 1974, e neles estão a exigência de lealdade incondicional a Kim Il-Sung. O Instituto para Unificação da Coreia (KINU) reporta que esses princípios buscam divinizar o grande líder Kim Il-Sung e desempenhar um papel de controlar o comportamento da população. Em 2013 esses princípios foram atualizados pela primeira vez, mas as mudanças só reforçaram o controle ideológico, enfatizando o governante Kim Jong-Un (UNITED NATIONS COMMISSION OF INQUIRY, 2014). Muitas vezes os Estados vivem em ideias seculares, mas executam de maneira quase religiosa a sua ideologia, principalmente se por religião for entendida um sistema de crenças e instituições, com rituais obrigatórios, centrados na adoração a um Deus sobrenatural, cujas práticas são privadas e separadas das atividades seculares (Armstrong, 2016).

## 5 ESTADO COMO SISTEMA DE CRENÇAS

Por mais que a formação do Estado moderno seja marcado pela separação da religião no sistema, os princípios religiosos nortearam e norteiam todo o processo de formação estatal. Dessa forma, a vida social é marcada por símbolos que evidenciam determinados grupos sociais. Esses símbolos podem ser representados por totens, heróis, bandeiras, estátuas, times de futebol, entre outros marcadores simbólicos de grupos sociais. Para a formação de uma unidade estatal, portanto, era necessário que os atalhos para coletividade fossem representados através desses símbolos, que por sua vez, têm uma natureza subjetiva, criadora de limites e auto referencial (ELGENIUS, 2005).

Ao analisar a maneira que o Estado está estruturado é possível perceber a presença da religião. Ao observar algumas nações, características ocultas de uma religião são reveladas. Todavia, como apresentado no tópico anterior, essas sociedades não são apenas religiosas, mas também são as sociedades tidas por modernas, que “excluíram” a religião da sociedade. Por isso, o que enraizou da religião não foi a crença que ela prega, mas sim os símbolos de uma unidade coletiva. Devido a constante mudança social, tais símbolos por mais que tenham significado, também possibilitam que os membros de uma sociedade os ressignifique (ELGENIUS, 2005). Em vista disso, muitas bandeiras, hinos ou brasões ganham novos sentidos a cada governo, dependendo de quão importante seja aquele símbolo.

A comunidade automaticamente consome símbolos nacionais diariamente. Como apresenta Saric e Luccarelli (2017). Por esses símbolos serem aceitos no subconsciente, eles são despercebidos no dia a dia da maioria da sociedade. Por isso, não é somente os símbolos que a nação carrega que define a identidade nacional de um povo. Além desses símbolos específicos construir a história de uma sociedade, artefatos e outros fenômenos colaboram para formar uma identidade. Para entender a formação de uma nação, portanto, deve ser levado em consideração que nem sempre os símbolos carregados pelo Estado representam a nação por completo, hábitos, culinária, cinema e música podem contribuir na formação nacional.

Por mais que para a formação da identidade nacional não, obrigatoriamente, sejam necessários uma bandeira ou um hino, para a formação de um Estado e união do coletivo, é importante que os líderes estatais levem em conta as tradições, ideologias, crenças e culturas de uma sociedade, e os símbolos nacionais não devem indicar apenas uma classe da sociedade. Em virtude disso, esses símbolos devem evidenciar a comunidade que ali é representada. No entanto, os símbolos como categorias de um sistema de parentesco, expressam ideias e valores sociais de uma forma que permite que uma forma comum seja retida e compartilhada, enquanto a compreensão individual é flexível e o apego pode ser expresso sem comprometer as crenças e valores individuais (ELGENIUS, 2005, p.19). Por isso existe grande importância de uma nação em tornar os cidadãos conscientes de uma identidade comum.

Além da fronteira física, os símbolos culturais como história, religião e língua, consti-

tuem uma fronteira entre os habitantes de cada nação, o que Gabriella Elgenius trata como uma fronteira entre “nós” e “eles”, desata forma, esse grupo se refere à nação. Todavia, essa expressão através de elementos culturais pode ser caracterizada pela nacionalidade. Por mais que essa nacionalidade esteja intrínseca nas experiências culturais e política compartilhada por uma sociedade, se torna necessário a criação de mitos, rituais e símbolos que exaltem a grandeza de uma nação como uma coletividade. Por mais que as noções de um estado-nação homogêneo a união do povo com o Estado, em termos de estrutura política, esteja se desfazendo, as tradições de um estado-nação não deixam de ser promovidas (ELGENIUS, 2005).

Embora a sociedade moderna seja marcada pela ideia de separação entre assuntos políticos e religiosos, a presença de instituições religiosas é importante para os ritos de muitas nações, além disso, a religião é essencial para desenvolver o sentimento de pertencimento. Portanto, embora a identidade religiosa esteja em declínio, ela manteve uma base normativa (ELGENIUS, 2011, p.166). Com base nisso, é mais simples compreender os ritos e símbolos nacionais como “descendentes” de uma religião para formação de uma identidade coletiva. Apesar do secularismo, o Estado possui uma lógica estrutural herdada da religião no que diz respeito aos símbolos.

## 5.1 Ritos

Existem muitos rituais que perpassam uma nação, como comemorar o dia nacional em coletividade, jurar a bandeira, cantar o hino nacional em uma posição reverente, entre outros. Todavia, quando se trata em definir o que seria um rito, logo se imagina que seja algo relacionado à religião. Por mais que não esteja errado, ligar atos ritualísticos apenas a religião pode ser equivocado nas últimas décadas. Yuan (2012) mostra que as atividades como desfiles demonstram também atos ritualísticos assumidos por uma sociedade. O ritual se expressa por meio das práticas coletivas de uma comunidade social, por isso trabalha com a comunidade e a sustenta (YUAN, 2012, p. 19).

Por mais que o objetivo dos rituais nacionais seja de unir a sociedade, as etapas nacionais ritualísticas envolvem públicos e comemorações diferentes em níveis, sentidos e interpretações. Todavia, são esses rituais que permitem a ligação dos meios visuais com as simbólicas (HYTTIEN, 2017). Em vista disso, ao pensar em rituais religiosos, como a comemoração do Natal ou a Santa Ceia para os cristãos, não parece ser muito diferente do que quando há uma celebração para receber um novo político ou até mesmo uma atividade simbólica, como o dia nacional de algum país (ELGENIUS, 2011). O incentivo a participação nesses eventos reforça a ideia de uma nação homogênea, como Elgenius coloca:

A participação em cerimônias pode reforçar um sentimento de localização social quando as pessoas se reúnem em dias nacionais, carnavais, feiras, dias

sagrados religiosos, dias dos santos, celebrações alegres ou comemorações solenes. O sucesso dos dias nacionais também fornece evidências de que eles podem constituir uma experiência compartilhada e aumentar a consciência de comunidades imaginadas e, assim, constituir blocos de construção na formação das nações (ELGENIUS, 2011, p.14-15).

O que favorece os ritos nacionais é a comunicação, dessa forma, inspirada por uma comunicação religiosa, onde o rito tem o objetivo de gerar comunhão e identificação entre as pessoas (YUAN, 2012). Portanto os símbolos são os meios pelos quais as comunidades se apresentam e se enxergam. De maneira geral, esse comportamento cria limites quanto a ritualização da sua coletividade. Rituais expressam as identidades comunitárias, por exemplo, carnavais, feiras, festas e comemorações. Além disso, podem reforçar o sentimento de pertencimento a um Estado (ELGENIUS, 2005). Por isso a importância da manutenção de alguns ritos como o dia nacional.

### **5.1.1 Dia Cívico do Estado-Nação**

O dia nacional em memória de uma pátria em geral promove incríveis desfiles, passeatas, e esses dias costumam ser feriados na maioria dos Estados-nação. Entretanto, os mitos que constroem esses dias são importantíssimos para que essas cerimônias continuem a existir. Esses mitos sobrevivem ao longo do tempo e são alimentados por histórias heroicas que trouxeram a liberdade para aquela nação. Esses dias nacionais, que são bem sucedidos e sobrevivem ao longo do tempo com a mesma narrativa, podem alcançar um status sagrado<sup>1</sup>, visto que os ritos que envolvem esses dias demonstram uma grande semelhança a ritos religiosos, com a intenção de promover unidade. Muitas celebrações e comemorações do dia nacional foram em suas origens exclusivas e opostas a outras, e a transformação de questões relacionadas a fronteiras são cruciais para a sobrevivência ao longo do tempo (ELGENIUS, 2011, p.19).

Hyttien e Näre (2017) explicam quatro conceitos que se referem à nação, que são, falar à nação, escolher a nação, representar a nação e consumir a nação. Essas são construções cotidianas do nacionalismo na sociedade. Em vista disso, é possível compreender que o Dia Nacional de um estado-nação pode ocorrer todos esses elementos, pois falar à nação pode ser entendido como o discurso pelo qual a nacionalidade e nação são construídas nas relações sociais. Escolher a nação poder ser entendida quanto às escolhas institucionais que uma pessoa faz durante a vida, que na maior parte do tempo são inconscientes, como escolas e canais de televisão, como bem exemplificam Hyttien e Näre (2017). Ao se tratar de consumir a

<sup>1</sup> “O sagrado, segundo Otto, é uma categoria inderivável. Ele é uma categoria composta. Composta porque apresenta componentes racionais (conceitos) e irracionais (indizíveis)” (MATOS, 2009, p.499). Esses componentes que compõem o sagrado estão na natureza do homem desde sua origem, dessa forma, por mais que a experiência seja importante, não é dela que começa. Sendo assim, para o autor de “O sagrado: aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional”, racionalizar o sagrado seria condicioná-lo (MATOS, 2009).

nação, temos que este termo é literal, pois se trata de um consumo ou mercantilização de características da nação, ou seja, que os cidadãos têm um papel ativo como produtores de nacionalidade por meio das escolhas cotidianas de consumo (HYTTIEN; NÄRE, 2017, p.4). Por fim as autoras explicam o conceito mais importante para consolidação do nacionalismo, que é o de representar a nação, onde rituais nacionais fazem parte da vida cotidiana das pessoas.

Conseqüentemente, comemorações do dia nacional em países onde esses eventos deram certo, revelam que as performances comemoradas nesse dia não são banais, e são características de espetaculares (Hyttien e Näre 2017) e podem ser entendidas por “sagradas” em diversas ocasiões. Os ritos celebrados revelam a gratidão com um mito criado por um determinado grupo, por exemplo, nas comemorações britânicas há momentos de silêncio, em virtude dos soldados mortos na guerra, que foram “santificados” ou classificados a heróis da pátria. Em razão disto, o dia nacional tem características de uma cerimônia santa. Os dias nacionais, portanto, é o meio do qual a nação utiliza para santificar os seus valores e valorizar o sacrifício em nome da nação. Muitos dias nacionais começam de maneira fúnebre, colocando coroas de flores em memoriais, para que esses heróis nacionais sejam parte do projeto nacional, principalmente europeu.

É necessário então que a maioria de uma sociedade esteja presentes em momentos como esse, pois, como explica Elgenius, um senso de uniformidade nas nações modernas pode, portanto, ser produzido através do uso dos mesmos símbolos e participação nas mesmas cerimônias. A realidade diversa é, pelo menos temporariamente, transformada pela participação em uma aparência de semelhança, algo que por si só não produz necessariamente coesão (ELGENIUS, 2011, p.23). Por mais que os dias nacionais façam a manutenção da nação a partir de ideias passadas, ele é mutável, tendo em vista a constante mudança de interesses sociais.

A construção de um dia nacional para celebrar a unidade de uma nação foi e é muito importante para formação de uma identidade coletiva, mas em alguns casos ela não acontece, como é o exemplo da Alemanha, que por muitas vezes tentou construir uma identidade coletiva, mas desde o principio apresentava sérios problemas, como o de levar em consideração os interesses da elite, seja ela religiosa ou não. A ausência de eventos nacionais mostra um sentimento diferente ao de nacionalidade, no caso alemão, pois a tentativa agora é de tentar (re)construir um passado neutro. Com isso, as celebrações voltam à religião ou até mesmo à Europa (ELGENIUS, 2011).

Outra característica importante sobre os dias nacionais é o feriado. Na Europa, por exemplo, a maioria dos dias nacionais são feriados e os trabalhadores são dispensados dos serviços. Dispensar tantas pessoas de um dia de trabalho pode se tornar caro para o Estado, mas isso revela a importância desse rito (ELGENIUS, 2011). Além disso, o feriado também

permite que a maior parte da sociedade esteja nas comemorações da nação. Em vista das mudanças constantes da sociedade, grupos marginais como mulheres, a classe trabalhadora e comunidades étnicas são razões para mudanças nas celebrações, principalmente porque a história contada, na maioria das vezes, mostra homens fortes que venceram a guerra, todavia, esquecem das minorias que de alguma forma contribuíram para formação cultural da nação. Muitos dias nacionais foram concebidos com uma posição defensiva contra "os outros" em mente, o que facilita o traçado de limites, mas não pode ser facilmente sustentado ao longo do tempo. Portanto, em termos de inclusão, as cerimônias de sucesso conseguem incluir aquelas que costumavam ser percebidas como ex-'inimigos' (ELGENIUS, 2011, p.177). Os Estados, que por sua vez não se adequam as novas realidades ou não incluem as minorias, tem mais chances de desenvolverem mais inimigos do governo, por não se sentirem representados por aquela pátria.

### 5.1.2 *Juramento à bandeira*

O Juramento à Bandeira nada mais é do que um ritual de responsabilidade e fidelidade, onde quem jura a bandeira assume o compromisso com a nação. Em muitos países, esse juramento é visto apenas para as pessoas que prestam serviço militar, seja ele obrigatório ou não, como o Brasil. Já em outros países, como os EUA, esse ritual é mais comum, sendo ele celebrado, em alguns momentos, nas escolas. No caso dos EUA, a "santificação" da bandeira ocorre durante esses rituais, como a Cerimônia de Dobra da Bandeira Americana e o Juramento de Fidelidade à Bandeira Americana, pois como uma forma de fé, essas cerimônias contêm princípios religiosos e de crença na ressurreição dos corpos. Após a realização solene, o juramento é citado nas escolas. Todavia essa cerimônia já foi obrigatória, como explica Kolsto:

Na década de 1940, a obrigação de participar da cerimônia das bandeiras era motivo de polêmica. Em 1940, a Suprema Corte decidiu que os alunos deveriam ser obrigados a recitar o Juramento de Fidelidade em escolas públicas, mas em uma nova decisão apenas três anos depois a Corte reverteu essa decisão. (Símbolos Nacionais da História da América). Do ponto de vista de uma construção nacional eficaz, essa provavelmente foi uma decisão sábia (KOLSTO, 2006, p.677).

A cerimônia do juramento não é apenas uma maneira de santificar a bandeira, mas é também uma maneira de mostrar uma responsabilidade quase divina para quem recita o juramento. No caso Inglês, pessoas que buscam a nacionalidade inglesa precisam jurar lealdade a Rainha e todos os descendentes em uma Cerimônia de Cidadania, onde os rituais são o Juramento de Lealdade ao Reino Unido e o Juramento de Fidelidade, que diz o seguinte (ELGENIUS, 2005): "Eu [nome], juro diante de Deus que, ao me tornar um cidadão britânico, eu serei fiel e terei lealdade verdadeira com Sua Majestade Rainha Elizabeth II, seus Herdeiros

e Sucessores de acordo com a lei”. A religião, por mais que não esteja tão presente na política, é uma maneira de legitimar o poder, ou no caso a cidadania de alguém.

## 5.2 Símbolos

Como inicialmente explicado, os símbolos marcam e representam grupos sociais. Tais símbolos indicam a que grupo as pessoas representam. Por isso, a utilização de cores ou emblemas e adereços culturais são importantes para que visualmente um grupo seja identificado. Entretanto, esses símbolos e ritos são densos em sua interpretação, por exemplo, uma bandeira pode possuir muitos significados para diferentes grupos sociais, por mais que seja uma simples bandeira, ela tem um potencial emocional muito forte e desempenha, em muitos casos um papel de divisão e não de união (HYTTIEN, 2017). Em razão disso, Saric e Luccarelli (2017) explicam a vantagem do Estado sobre o significado desses símbolos com o discurso oficial. Enquanto isso, a população luta para obter poder por meio da adaptação discursiva referente aos símbolos.

Em muitas nações os símbolos deveriam representar a coletividade de pensamento e ação, então o uso de totens, brasões ou bandeiras representam a fidelidade ou o sentimento que uma pessoa tem por sua pátria, comprovando a sua identidade. O uso desses elementos simbólicos e práticas de rituais nacionais dispõe de uma estrutura religiosa, o que mostra um status sagrado, por exemplo, o ato de celebrar a bandeira (ELGENIUS, 2005). Mas os símbolos que possuem raízes profundas no passado e não “atualizam” seu significado cultural, são passíveis de causarem mais divisões do que possuir o caráter unificador planejado para tais símbolos, pois os grupos étnicos e políticos minoritários frequentemente lembraram as diferenças (KOLSTO, 2006).

### 5.2.1 Bandeira

A bandeira é o símbolo mais significativo de um Estado, pois ela é a responsável pela representação em conferências, jogos e outros eventos. Gabriella Elgenius (2005) mostra que os símbolos atuam em campos justapostos de expressão, comunicação, conhecimento e controle. Primeiro, com relação a expressão, as bandeiras podem recordar sentimentos fortes de identidade comum com grupos, podendo ser usada para pontos de encontro para alguma ação. Segundo, ao se referir a comunicação, a autora explica que a bandeira nacional se comunica com um significado, seja ele atual ou passado. Com o passar do tempo os símbolos podem acumular vários significados em diferentes grupos. A relação simbólica com a comunicação também serve para identificar quem pertence ou não a uma nação. Em terceiro lugar, o conhecimento, as bandeiras contêm (ou devem conter) conhecimento vasto, mas um símbolo nem sempre é o meio para o conhecimento real. Por fim, esses símbolos são utilizados

para controle e ordem social ou como meio de propaganda de uma nação forte (ELGENIUS, 2005).

Como anteriormente dito, o governo tem vantagem em significar os símbolos. Em vista disso, no caso das bandeiras, elas encontram a concorrência em outros segmentos públicos para (re)significar esse símbolo. (SARIĆ; LUCCARELLI, 2017). Em *National Symbols as Signs of Unity and Division*, Kolsto (2006) apresenta três países que possuem uma formação estatal em tempos diferentes e os problemas enfrentados por cada um deles, quando se trata da aceitação da bandeira. A princípio o autor fala da Bósnia, que é um Estado novo, onde nele há pessoas de diferentes culturas e com visões políticas também distintas. Dessa forma, torna-se difícil construir uma unidade nacional em torno de um símbolo a partir da opinião pública. Depois de muitas discordâncias em relação a bandeira da Bósnia e Herzegovina, que apresentava cores e símbolos de diferentes grupos, hoje a bandeira da Bósnia tem carácter mais comum, no que diz respeito a quantidade de informação na bandeira.

Além disso, o autor mostra um país que mudou o regime, como foi o caso da Rússia. Neste caso, a maneira que os símbolos foram reformulados e aceitos pelo país foi diferente, pois quando ocorreu o desmembramento da União Soviética, muitos russos levantavam uma bandeira tricolor, que não foi bem recebida por muitos, já que as cores dessa bandeira lembravam o período czarista russo. Por mais que a bandeira em si não fosse um símbolo do czarismo ela remetia a uma orientação pró-ocidental. Essas discussões não chegavam a um acordo, mas Putin retomou as polemicas em relação aos símbolos do Estado. No fim, a bandeira tricolor continuou sendo a bandeira do Estado, todavia, o hino causou indiferenças devido a sua inspiração no hino soviético (KOLSTO, 2006).

Por fim, o autor usa como exemplo a Noruega, que é um Estado que passou por um período de sucesso quanto a sua consolidação. Mas para a formação dos seus ritos e celebrações houve muitos conflitos, antes da Segunda Guerra Mundial, havia um conflito entre os trabalhadores e os burgueses no que diz respeito as configurações e representações. Em uma tentativa de mudar essas diferenças, durante o Dia Nacional (17 de maio) nos anos de 1920 a classe trabalhadora decidiu fazer o seu próprio desfile, dessa forma, um desfile inocente de crianças passou a ter um significado político muito mais intenso. Por mais que em 1936-7 os filhos de socialistas passassem a fazer parte do desfile nacional, a reconciliação só se deu com uma ameaça nacional, o nazismo. Com as proibições do uso da bandeira e comemorações esses símbolos passaram a unir grupos que antes eram rivais e ter um significado muito maior (KOLSTO, 2006).

Outra questão interessante referente à representatividade da bandeira são as suas representações no decorrer na história europeia. Gabriella Elgenius (2011) apresenta algumas civilizações que já usavam bandeiras, todavia, durante a Idade Média os árabes já utilizavam bandeiras. Isso inspirou os europeus a também usarem esse símbolo durante as cruzadas, e

elas serviam para identificar que as operações militares foram sancionadas pelo Papa. As cores das bandeiras também influenciaram muito a formação do que são as bandeiras hoje na Europa.

Cores diferentes eram usadas para cruzados de áreas diferentes em 1188. Em 1188, o rei Filipe Augusto da França colocou suas cores na bandeira da cruz (cruz vermelha no branco), assim como o rei Henrique II da Inglaterra (cruz branca no vermelho) e o conde Filipe de Flandres (cruz verde no branco). Essas cores foram posteriormente invertidas e, embora a razão para isso permaneça obscura, a Inglaterra embarcou no que hoje é considerada uma tradição contínua de exibir uma cruz vermelha em branco de 1277, enquanto a França exibiu uma cruz branca, primeiro em vermelho, depois em azul (p.31).

Dessa maneira, na obra *Symbols of Nations and Nationalism: Celebrating Nationhood*, a autora continua a explicar a influência religiosa no que concerne ao significado das bandeiras. Nos primeiros tempos modernos, a cruz ainda foi o símbolo de muitos países europeus, devido a influência da Igreja. Da mesma maneira, a representação da monarquia contatava com elementos sagrados. Mas a bandeira holandesa surge como uma maneira de mudar as representações que indicavam as cruzadas. Dessa forma, a bandeira holandesa foi a primeira exceção com uma bandeira tricolor, em um período pré-moderno (ELGENIUS, 2011). Além disso, depois de algumas revoluções na Europa, as bandeiras tricolores passaram a ser um sinal de resistência ao poder da Igreja.

### 5.3 Caso: Brasil

O processo de formação de uma identidade nacional no Brasil não foi como a maioria dos casos europeus. Os heróis brasileiros não necessariamente foram revolucionários e a Proclamação da República não foi como está pintado nos quadros. Todavia, o império no Brasil perdeu o poder do dia 15 de novembro de 1889, através de um golpe. Esse golpe foi orquestrado por grupos militares que pretendiam defender seus interesses corporativos em face do governo. Eles lançaram realizaram uma ação em comum com os republicanos oligárquicos de São Paulo, que eram hostis à monarquia por conta da abolição da escravatura decretada em 1888 (JURT, 2012, p, 489). Por isso a Proclamação da República foi mais heroica na pintura de Pedro Américo (1888), “Independência ou Morte”, do que de fato aconteceu. A proclamação aconteceu sem a presença direta do povo, que ocorreu na presença dos republicanos.

Já que o Brasil havia se tornado uma república, eram necessários símbolos que marcassem a história. O que a princípio foi um problema, visto que esse grupo não decidia quais eram os símbolos ideais para compor a estrutura estatal do país. Já que o país estava livre de uma monarquia, então decidiram se alinhar de forma simbólica aos Estados Unidos. Assim, a primeira bandeira do Brasil era a versão verde e amarela da bandeira estadunidense, além disso,

o Brasil era conhecido até 1968 como, República dos Estados Unidos do Brasil. Entretanto um projeto mais nacional chegou:

Realizado segundo as indicações do “apóstolo” positivista Teixeira Mendes, mantinha-se o fundo verde, o losango amarelo e a esfera azul no centro para significar a transição entre o passado e o presente, mas suprimia-se o que lembrava a dinastia reinante: a cruz da Ordem do Cristo, a esfera armilar, a coroa imperial, mas também os ramos de tabaco e de café, o progresso não residindo mais, segundo os positivistas, nas plantações de café e de tabaco, mas na indústria e na exploração dos recursos naturais. Sobre a bandeira, no lugar dos símbolos monárquicos retirados, são propostos por Décio Villares uma esfera azul celeste coberta de estrelas e envolta por uma faixa com o lema (positivista) “Ordem e Progresso”. As estrelas não estão dispostas seguindo uma ordem simétrica, como na bandeira dos Estados Unidos, mas representam exatamente a disposição das principais estrelas no céu do Rio em 15 de novembro de 1889, o dia da proclamação da República (JURT, 2012, p.492)

As estrelas simbolizavam também os estados brasileiros. Claramente não foi uma ruptura revolucionária e popular que permitiu ao país esse status, mas com certeza o lema positivista marcava o começo de um símbolo nacional. O hino também tem grande importância para o país, que é um poema escrito por Joaquim Osório Duque e a música foi composta por Francisco Manoel, esse hino só se tornou oficial em 1922. Por mais que a história contada, pintada ou cantada não correspondam aos fatos históricos, a necessidade de criar uma identidade coletiva era muito forte e esses símbolos continuam fazendo parte da sociedade brasileira de maneira diferente.

Com o tempo as cores da bandeira ganharam outros significados, a parte verde significa as florestas, o amarelo as riquezas, o azul o céu e os rios e o branco simboliza a paz. Quanto aos juramentos a bandeira, quem deve fazer na maioria das vezes são pessoas que prestam ou vão prestar algum serviço militar. Da mesma maneira, quando a bandeira é hasteada, os militares devem prestar continência em respeito à pátria. Esses rituais acompanham o Brasil desde que seus símbolos foram socialmente aceitos. Os símbolos e seus significados, por suas vezes, precisam estar na memória dos cidadãos para que a contestação seja evitada, entretanto, como visto nessa breve história dos símbolos brasileiros, a memória pode ser fragmentada ou manipulada, como explica Saric e Luccarelli (2017):

A memória comum pode ser interpretada subjetivamente por meio de memórias privadas, embora esse potencial de fragmentação seja frequentemente combatido por meio de símbolos criados pelo estado, cujos significados são formalizados por meio de “repetição e ritualização”. Por outro lado, a obtenção de uma memória pública por meio da ritualização com efeito estabilizador está sujeita à manipulação ideológica (SARIĆ, L.; LUCCARELLI, M., 2017, p.4).

O governo brasileiro tem passado por uma mudança no significado dos seus símbolos nos últimos anos. Essa mudança de significado a princípio foi sutil, pois muitos brasileiros

tinham (têm) medo de um inimigo invisível chamado comunismo. Dessa forma, as cores da bandeira desde o início do governo Bolsonaro em 2018, indicam um grupo político que através do uso dos símbolos dizem estar buscando o melhor para o país. Mas, essa perspectiva é perigosa, pois as pessoas que não se sentem representadas pelo governo, logo se afastaram dos significados que o símbolo pode trazer. Para normalizar as mudanças simbólicas, uma alternativa é quando a simbolização está no cotidiano das pessoas. (SARIĆ, L.; LUCCARELLI, M., 2017).

Uma estratégia utilizada pelo governo atual do Brasil foi à junção da religião cristã com a religião civil, tendo em vista o lema de campanha “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. A religião civil é quem gera lealdade generalizada ao Estado (ELGENIUS, 2002), mas no caso brasileiro, a união dessas “religiões” converteu o nacionalismo para além de uma questão política. A exemplo dos EUA onde a religião move muitas pessoas, a atual política brasileira assume que em seu território isso poderia dar certo também, mas acontece que no Brasil há uma grande diversidade ideológica e religiosa que tenta impedir essa supremacia separatista. Ao entender como os símbolos importam na formação do Estado, pode-se perceber a estratégia “bolsonarista” de “salvador da pátria e dos bons costumes”, onde o mesmo usufrui dos símbolos nacionais em prol da sua política e ideologia. Logo, as pessoas que são contrárias a isso, estão sendo contra a nação e não as políticas desenvolvidas pelo atual governo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente o esforço político para diminuir o poder dos atores religiosos em relação a política de cada Estado. Esse empenho é visto principalmente após os acordos em Westfália, que visavam diminuir o poder da família Habsburgo e da Igreja Católica nos impérios europeus. O crescimento daquela família assustava outros impérios e minava a existência de outras crenças. Por mais que nesse período a religião não tenha sido de fato esquecida, visto que os políticos eram ligados à religião, esse momento marca a primeira tentativa. Mas como visto, a religião fez parte da formação daquelas pessoas e, além disso, também fez parte da estrutura do Estado posteriormente.

Devido a esse “exílio”, os formadores de política conseguiram enxergar outros problemas estruturais, que não necessariamente estariam relacionados à religião. Todavia, o afastamento dessas temáticas gerou um sistema internacional desigual. Isso porque muitos países fora daquele espaço continuaram sendo explorados e dominados por uma religião. Além disso, países que possuem uma religião como guia para a administração do Estado, são consideradas inferiores. Por isso é possível observar a tentativa de Estados seculares de implementarem a sua formação a todos os outros sem considerar as suas diferenças. Entretanto, o retorno da religião para os estudos de relações internacionais é de suma importância para compreender um sistema plural.

Essa relação do Estado com a religião pode ser analisada como uma total exclusão, como a adoção do ateísmo por alguns Estados, ou uma existência pacífica dos dois atores, onde a religião atua somente na vida privada dos cidadãos. Contudo, nem mesmo os países que tentaram excluir drasticamente a religião atingiram por completo esse objetivo, visto que, a estrutura do Estado secular carrega uma estrutura simbólica da religião. Seguindo a lógica de que os Estados seculares devem ser menos religiosos, acontece que muitos deles não deveriam ser tão ligados à religião, como é o caso dos Estados Unidos, que em sua formação, por mais que seja secular, é inspirada em movimentos protestantes. Por outro lado, países não religiosos também não escapam à religião, como a Coreia do Norte, que possui um sistema de símbolos e ritos similares a muitas religiões.

O Estado como um sistema de crenças, portanto, é fundamental para a formação de uma unidade coletiva entre os cidadãos. As pessoas precisam ter um sentimento de respeito e reverência aos símbolos atribuídos ao Estado. Não é um trabalho fácil para muitos lugares que foram historicamente divididos, pois cada pessoa se sente representada por símbolos e políticas diferentes. Todavia, os Estados que conseguem manter os rituais com uma boa frequência da população e ter seus símbolos respeitados significa que o mesmo alcançou uma unidade coletiva através daquilo.

Já que, em muitos casos, esses símbolos correspondem a uma grande quantidade de pessoas, não é bom que os mesmos sejam usados para representar apenas um político ou

interesse. Os símbolos e ritos devem representar a sociedade como um todo, principalmente ao se adaptar às suas diferenças. Quando são usados para demonstrar o interesse de apenas um grupo, pode haver uma divisão muito grande da sociedade por não se sentir mais representado por aqueles símbolos. Portanto, o Estado se apoia na estrutura religiosa para sua formação, e o importante nesse sentido é que as pessoas se sintam representadas nesse sistema.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Aline Gomes de. **O PAPEL DO DIVINO NA CONTRUÇÃO DA RETÓRICA DA GUERRA AO TERROR**. Capítulo 7. Relações Internacionais e religião. Reflexões rumo a um contexto pós-laicista. Editora UFPB. Universidade Federal da Paraíba, 2020. 286 p.
- ARMSTRONG, Karen. **CAMPOS DE SANGUE. RELIGIÃO E A HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA**. Companhia Das Letras. Editora SCHWARCZ S.A, 2016.
- ASA. **Juramento a Bandeira**. Disponível em:<<https://www.asaartigomilitares.com.br/p/juramento-a-bandeira-nacional>. Acesso em 26 de Maio, 2021.
- BARBOSA, G. **O Construtivismo e Suas Versões no Estudo das Relações Internacionais**. V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.
- BENTO, Fábio Régio. **Relações Internacionais e Religião - hipóteses sobre possíveis causas de uma negligência investigativa no Brasil**. Capítulo 1. Relações Internacionais e religião. Reflexões rumo a um contexto pós-laicista. Editora UFPB. Universidade Federal da Paraíba, 2020. 286 p.
- BOBBIO, N.;MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Editora: Universidade de Brasília. 11º Edição, vol 1, 1998.
- CAVANAUGH, W., T. **The Myth of Religious Violence: Secular Ideology and the Roots of Modern Conflict**. Oxford University Press p.285, 2009.
- DARK, Ken. **Religion and International Relations**. 2000.
- ELGENIUS, G. **Expressions of Nationhood: National Symbols and Ceremonies in Contemporary Europe**. Submitted for the degree of Doctor of Philosophy. The London School of Economics & Political Science. University of London, 2005.
- ELGENIUS, G. **Symbols of Nations and Nationalism: Celebrating Nationhood**. Palgrave Macmillan, 2011, p 232.
- FARIAS, Igor Henriques Sabino de. **O PAPEL DA LIBERDADE RELIGIOSA NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O IRAQUE E A SÍRIA (2012-2016)**. Capítulo 8. Relações Internacionais e religião. Reflexões rumo a um contexto pós-laicista. Editora UFPB. Universidade Federal da Paraíba, 2020. 286 p.
- FERREIRA, M. A. S. V. **O Fenômeno Religioso e as Relações Internacionais: Perspectivas Analíticas as Novas Agendas de Pesquisa no Brasil**. In: Érica Winand; Daniel Chaves; Lucas Pinheiro. (Org.). *Perspectivas e debates em segurança, defesa e relações internacionais*. 1ed.Rio de Janeiro/Macapá: Autografai/Editora da Univ. Fed. do Amapá, p. 154, 2015.
- FOX, J. ; SANDLER, S. **Bringing Religion into International Relations**. Culture and Religion in International Relations. Palgrave Macmillan, 212p, 2004.

GOV.UK. **Oath of Allegiance and Pledge of Loyalty**. UK Visas and Immigration. Available in: <[www.gov.uk/government/publications/oath-of-allegiance-and-pledge-of-loyalty](http://www.gov.uk/government/publications/oath-of-allegiance-and-pledge-of-loyalty)>. Published 17 December 2007.

HASLER, Kirstin. n.d. International Relations Theory and Nationalism: Any Room for Religion. In **Religion and International Relations: A Primer for Research**. (Working Group on International Relations and Religion). Indiana: University of Notre Dame, pp. 133–41.

HAYNES, J. **Religion, Politics and International Relations: Selected Essays**. New York, Routledge, 2011.

HYTTIEN, A.; Näre L. **Symbolic and Ritual Enactments of Nationalism – A visual Study of Jobbik’s Gatherings during Hungarian National Day Commemorations**. Visual Studies. Article number 1358104. Vol 00, No. 00, 1-15 , 2017.

JESUS, Diego Santos Vieira de. **EM NOME DE DEUS? RELIGIÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**. Ciências Sociais y Religión/Ciências Sociais e Religião, Porto Alegre, ano 20, n. 29, p. 215-231, ago-dez de 2018.

JESUS, Diego Santos Vieira de. “O Mito Revisitado: Perspectivas Alternativas sobre a Paz de Vestfália”. Revista Intellector. Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais – Brasil. CENEGRI. v.8,n.16, 2012. ISSN (digital) 1807 – 1260 | ISSN (impressa) 1808 – 0529.

JURT, J. **O BRASIL: UM ESTADO-NAÇÃO A SER CONSTRUÍDO. O PAPEL DOS SÍMBOLOS NACIONAIS, DO IMPÉRIO À REPÚBLICA**. MANA 18(3): 471-509, 2012.  
KENNEDY, Paul. A tentativa de domínio dos Habsburgos, 1519-1659. In.: **Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989, p. 39-48.

KOLSTO, P. **National Symbols as Signs of Unity and Division**. Ethnic and Racial Studies, 29:4, 676-701, DOI: 10. 1080/01419870600665409. Published online, 16 Aug, 2006.

MATOS, K. Resenha do livro **O sagrado: aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional**, de Otto Rudolf. Revista Fragmentos de Cultura, Goiânia, v. 19, n. 5/6, p. 497-502, maio/jun. 2009.

NATHAN, James A. **Soldiers, Statecraft, and history: Coercive Diplomacy and International Order**. 1 ed. Westport CT: Praeger Publishers, 2002.

OSIANDER, Andreas. "**Sovereignty, International Relations, and the Westphalian Myth**." *International Organization* 55, no. 2 (2001): 251-87. Accessed September 30, 2020. <http://www.jstor.org/stable/3078632>.

PATTON, Steven (2019) "**The Peace of Westphalia and its Affects on International Relations, Diplomacy and Foreign Policy**," *The Histories*: Vol. 10 : Iss. 1 , Article 5.

PETITO, F.; HATZOPOULOS, P. **Religion in International Relations -The Return from Exile**. PALGRAVE MACMILLAN, New York, 2003.

REICHERT, Rolf. **ESTADO E RELIGIÃO NO IRÃ**. Afro-Ásia. Centro de Estudos Afro-Orientais. n.14. Universidade Federal da Bahia UFBA. 1983.

Rosato, Sebastian. 2013. "The Sufficiency of Secular International Relations Theory." Working Group on International Relations and Religion. In *Religion and International Relations: A Primer for Research*, 176–183.

SANDAL, N. A. ; JAMES, P. **Religion and International Relations theory: Towards a mutual understanding**. European Journal of International Relations, 2010.

SARIĆ, L.; LUCCARELLI, M. **Symbols and Symbolic Meanings in Constructions of Nations and National Identity**. University of Oslo, ILOS, 2017.

SHEIKH, M. K. **How does religion matter? Pathways to religion in International Relations**. Review of International Studies, 38, pp 365-392  
doi:10.1017/S026021051100057X, 2011.

SNYDER, J. **Religion and International Relations Theory**. July 27, 2009.

STRASSER, Ryan. (2016). Thirty Years - A Summary -. 10.13140/RG.2.1.3051.0161.

SUTHERLAND, N. M. "The Origins of the Thirty Years War and the Structure of European Politics." The English Historical Review 107, no. 424 (1992): 587-625. Accessed September 23, 2020. <http://www.jstor.org/stable/575246>.

TESCHKE, Benno Gerhard. **The Making of the Westphalian State System - Social Property Relations, Geopolitics and the Myth of 1648**.

TOFT, Monica Duffy. Religion and Civil Wars: Next Steps? In: DESCH, Michael; PHILPOTT, Daniel (Ed.) **Religion and International Relations: A Primer for Research**. South Bend, Indiana: University of Notre Dame, 2013, p.142-151.

United Nations Commission of Inquiry. **Religion and Belief in the Democratic People's Republic of Korea: A Report of the All Party Parliamentary Group on International Freedom of Religion or Belief**. Reporting Document, 2014.

Yuan, G. **Constructing National Identity through Medial Ritual: A Case Study of the CCTV Spring Festival Gala**. Master's Degree of Social Science in the field of Media and Communication Studies. Department of Informatics and Media. Uppsala University, 2012.